Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Programa de Integridade	21
5.5 - Alterações significativas	25
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	26
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	27
10.2 - Resultado operacional e financeiro	74
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	76
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	78
10.5 - Políticas contábeis críticas	79
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	87
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	88
10.8 - Plano de Negócios	89
10.9 - Outros fatores com influência relevante	91

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Gestão de Riscos").

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações, quais sejam:

- Risco de Crédito: medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de título de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros junto à Companhia, nos termos pactuados originalmente, gerando perdas financeiras;
- Risco de Liquidez: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos;
- Risco de Exposição Cambial: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento do câmbio, considerando a exposição da Companhia a compromissos assumidos em moeda estrangeira;
- Risco de Taxa de Juros: decorre da exposição da Companhia a variações de taxas de juros, com impacto sobre receitas de aplicações financeiras e custos de empréstimos bancários e que afetam, diretamente, as contas de resultados. A potencial elevação de taxa de juros poderá afetar negativamente as obrigações de curto e longo prazos da Companhia;
- Risco de Conformidade: risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia possa sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem-se aqui, por exemplo, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos;
- Risco Estratégico: riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações;

- Risco Operacional: decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e
 pessoas, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes
 riscos estão associados tanto à operação do negócio (como áreas comercial, operações,
 engenharia e marketing); quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (como
 contabilidade, controladoria, controles internos, suprimentos, tecnologia da informação,
 etc); e
- Risco Cibernético: possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações

ii. os instrumentos utilizados para proteção

De acordo com a Política de Gestão de Riscos, a Companhia adota os instrumentos mencionados a seguir para proteção de riscos:

Após a identificação e classificação dos riscos, conforme descritos no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Esta etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e gerar impacto indesejado nos objetivos de projetos e processos específicos ou atividades da Companhia como um todo, sendo medido em termos de consequências e probabilidade.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

- Identificação dos riscos: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- Avaliação: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- Tratamento: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- Monitoramento: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Ademais, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, no início de 2020 a Companhia contratou empresa de auditoria interna para prestar serviços de verificação dos controles internos e externos (compliance), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria e o Auditor Independente contratado pela Companhia para prestação dos serviços de auditoria interna na Companhia (em dezembro de 2022, a Crowe Macro Auditories Independentes Sociedade Simples foi contratada para a prestação destes serviços) ("<u>Auditoria Interna</u>"), os quais possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. Abaixo estão elencadas as principais responsabilidades de cada órgão neste processo:

Competirá ao Conselho de Administração:

- Definir o apetite a riscos da Companhia, com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Risco;
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia nos limites estabelecidos;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas revisões;
- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;
- Monitorar o Comitê de Auditoria e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e
- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação.

Competirá ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade;
- Supervisionar as atividades da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração, apontando as causas e responsabilidades;
- Recomendar ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões à matriz de riscos da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação; e
- Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.

São atribuições da Diretoria:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Analisar a efetividade da Política de Gestão de Risco, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos realizada pela Auditoria Interna, bem como do programa de compliance da Companhia, e encaminhar tal avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos realizadas pela Auditoria Interna, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

São atribuições da Auditoria Interna:

- Realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia, bem como de seu controle e governança, atuando de forma independente e objetiva;
- Adequação do compliance interno da Companhia aos normativos da CVM e B3, especialmente as regras relativas ao Novo Mercado); e
- Realizar auditoria nas áreas internas da Companhia, com entrevistas, testes de controle, revisão de processos e normativos e validação de documentação de suporte, com a emissão de relatórios de auditoria interna para as seguintes áreas da Companhia: Gerenciamento de Riscos Operacionais, Controles Internos, Contabilidade Corporativa, Tesouraria, Crédito e Cobrança, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Comercial, Operações (RJ, SP, BA e ES) e Logística e Manutenção.

Compete aos empregados e funcionários da Companhia:

- executar as iniciativas das instâncias responsáveis para implementação dos objetivos estratégicos;
- executar a atividades de controle;
- apoiar as instâncias responsáveis na gestão de riscos, auxiliando na identificação, mapeamento e opinando em eventuais ações de resposta; e
- executar as ações de respostas aos riscos mapeados dentro dos prazos estabelecidos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, cuja atuação integrada, conforme atribuições descritas no item (b)(ii) acima, garantem a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, conforme mencionado no item 5.1 b(ii), visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria interna (na data deste Formulário de Referência, a Crowe Macro Auditories Independentes Sociedade Simples está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (compliance), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia adota a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos tem por objetivo definir as diretrizes, conceitos, ações e responsabilidades a serem observados pelos administradores da Companhia no processo interno de gerenciamento de eventos incertos de mercado que podem causar impactos negativos no cumprimento dos objetivos da Companhia, incluindo os procedimentos a serem observados para identificação, categorização, avaliação, tratamento e monitoração dos riscos de mercado atrelados aos negócios da Companhia e de empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual a Companhia está exposta e que possa impactar negativamente o alcance dos objetivos e de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico de longo prazo. Dentre tais riscos, estão incluídos os riscos mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam: exposição cambial, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia adota a seguinte estratégia para proteção patrimonial e mitigação de seus principais riscos:

- Risco de Exposição Cambial: A Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps, com instituições financeiras de primeira linha. As operações de swaps são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações, a Companhia minimiza o risco cambial igualando o valor do compromisso e o período de exposição. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado;
- Risco de Taxa de Juros: A Companhia sempre analisa o cenário econômico e as previsões de um mínimo de três instituições independentes para decidir o volume e taxas de empréstimos pré e pós-fixado; e
- Risco de Liquidez: A Tesouraria e a Diretoria financeira monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, a fim de assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. As previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme plano estratégico da Companhia. Além disso, na medida das necessidades e disponibilidade de crédito ofertados pelo mercado financeiro, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que operam no Brasil.

A Companhia acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia contrata instrumentos derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para proteção patrimonial decorrente de eventuais flutuações na taxa de câmbio relacionadas ao pagamento por importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, bem como relacionadas ao fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos contratados em moeda estrangeira. Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados para fins especulativos.

As operações de swaps e NDF são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a Companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação dos derivativos está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (Certificado de Deposito Interbancário). Os swaps e NDF com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos para os quais se busca a proteção podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF deverão compensar o impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa da Companhia.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), e, portanto, está exposta a flutuações nas taxas de juros. Os administradores da Companhia monitoram o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratação de instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Com relação aos riscos decorrentes da variação cambial relacionada a compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira, para a maior parte dos contratos de empréstimo, a Companhia realiza uma operação casada de swap cambial na mesma data, com o mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverá ser liquidada pelo seu valor líquido, substituindo os juros contratados e a variação cambial em moeda estrangeira pela variação de indexadores como CDI, TJLP e IPCA, entre outros.

Ressalta-se que o cálculo da posição mensal dos derivativos contratados é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado. Entretanto, a Companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo preciso do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial e o cálculo aproximado do referido valor é disponibilizado diariamente para acompanhamento gerencial.

A Companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia opera instrumentos financeiros com exclusivamente para fins de proteção patrimonial (hedge) e não tem como prática participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de riscos de mercado é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada. As principais responsabilidades de cada órgão neste processo estão indicados no item (b)(iii) acima.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia monitora e avalia se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Comitê de Auditoria, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração e dispostas na Política de Gestão de Riscos.

A administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Não obstante, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria interna (na data deste Formulário de Referência, a Crowe Macro Auditories Independentes Sociedade Simples está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (compliance), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

 a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuaisimperfeições e as providências adotadas para corrigilas

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples para a realização de uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras com base nos princípios contábeis geralmente aceitos, para garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos aque está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria interna (na data deste Formulário de Referência, a Crowe Macro Auditories Independentes Sociedade Simples está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços deverificação dos controles internos e externos (compliance), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Além do disposto acima, a Companhia adota outros procedimentos e políticas internas das áreas de operações, engenharia, recursos humanos, tecnologia da informação, segurança e comercial, tais como:

- Código de Ética e Conduta;
- Procedimentos de adiantamento, reembolso e prestação de contas;
- Política de Alçadas para Gastos;
- Norma de Suprimentos;
- Procedimento de Savings (Suprimentos);
- Procedimento de Uso de Telefonia;
- Procedimento para importação de serviços;
- Procedimento de gerenciamento de documentos e registros;
- Política de gestão integrada;
- Procedimentos de Inventário Geral DISMAT;
- Procedimentos de manutenção de Equipamentos DISMAT;
- Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Política de segurança de informações (TI).

Além dos procedimentos indicados acima, a Companhia possui cronograma com *checklist* de todas as atividades para o fechamento mensal.

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, garantindo assim a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia.

As deficiências de controles são monitoradas mensalmente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos que são adotados para

assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Além do Departamento de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as demais áreas da divisão financeira, a saber: fiscal, faturamento, tesouraria e crédito e cobrança. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela revisão final das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos a que está exposta é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição, limite de competência e responsabilidade de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (diretores ou gerentes), os quais reportam eventual falha identificada nos controles internos diretamente à Diretoria Executiva da Companhia.

A administração da Companhia supervisiona constantemente a eficiência dos controles internos, bem como revisa anualmente, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

Em setembro de 2021 foi criada a Gerência de Controles Internos para auxiliar na mitigação de riscos, monitorar e manter a conformidade entre os processos aplicados na organização e, promover maior transparência das informações contribuindo para assessorar a alta administração na tomada de decisões.

Além disso a Auditoria Interna realiza a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e, no mínimo, semestralmente ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Como resultado desse estudo e avaliação foram comunicadas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia, não se configuram como deficiências significativas ou materiais.

Pontos de recomendações - Controle Interno

Redução no prazo de atualização das normas e procedimentos operacionais (significativo) - Ponto recorrente

Situação atual

No decorrer dos nossos trabalhos, constatamos que a Companhia contratou, em janeiro de 2020, uma empresa especializada para prestar os serviços de verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia.

Entretanto, após entendimento junto à Gerente de controladoria e aos Gestores dos departamentos supracitados, constatamos que as políticas de normas e procedimentos operacionais das Áreas de Recursos Humanos, Tesouraria, Contas a Receber/Faturamento e Compras se encontravam em fase de revisão e atualização. A Companhia necessita otimizar o processo de atualização das políticas de normas e procedimentos operacionais, de modo a assegurar que os desejos da Administração da Companhia sejam adequadamente seguidos pelo pessoal operacional.

O uso contínuo, aprimoramento e acompanhamento das políticas de normas e procedimentos operacionais é primordial para minimizar erros provocados pela não compreensão plena dos procedimentos.

Risco

A não implementação, de forma tempestiva, dos aperfeiçoamentos das políticas de normas e procedimentos operacionais pode ocasionar a aplicação de procedimentos inadequados nas atividades dos principais ciclos operacionais da Companhia, potencializando o risco de erros e distorções nas demonstrações contábeis da Companhia, além da ausência de referência de informações para profissionais atuais e novas contratações.

Recomendações

Recomendamos que sejam analisadas alternativas para reduzir o prazo de atualização das políticas de normas e procedimentos operacionais.

Comentários da Administração em 2021

A Companhia implementou em setembro de 2021 uma Área de Controles Internos para, entre outras atribuições, garantir o processo de atualização das políticas de normas e procedimentos operacionais de forma periódica. Importante ressaltar que os processos operacionais existem e são seguidos, e os manuais e as políticas estão sendo desenvolvidos e/ou atualizados.

Comentários da BDO Brazil em 2022

Durante as nossas agendas de avaliações dos controles internos na Priner Serviços Industriais S.A, recebemos a informação que os controles ainda estavam sendo revisados e atualizados. Dessa forma, não foi possível realizar testes dos controles pois os controles não estavam com a implementação concluída. Logo, recomendamos que a Companhia atualize seus controles para que possamos avaliar os controles definidos para mitigar os riscos inerentes à Companhia.

PÁGINA: 10 de 91

Comentários da Administração em 2022

A Companhia possui uma ferramenta de Gestão Eletrônica de Documentos (*softexpert*) na qual são publicados os procedimentos e as políticas da Empresa. Com a criação do Departamento de Controles Internos em setembro de 2021 foi feito um levantamento de todas as políticas e procedimentos existentes na Empresa, montado um cronograma de revisões e identificada a necessidade de elaboração de novos documentos. Para controle e acompanhamento deste cronograma estamos implantando a ferramenta PZM.

(i) Pontos de recomendações - Contábil

Redução no prazo de encerramento contábil (significativo) - Ponto recorrente

Situação atual

O processo de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu em torno de 89 dias após o término do exercício social. A Companhia necessita otimizar o processo de fechamento contábil, de modo que as informações contábeis estejam à disposição da Administração da Companhia em tempo hábil para a elaboração dos relatórios gerenciais, tais como comparativos orçamentários e fluxos de caixa.

A eficiência na elaboração dessas informações contábeis contribui de forma eficaz para a tomada de decisões por parte da alta Administração da Companhia, além da adequada elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante.

Risco

O curto prazo para análise e elaboração das informações contábeis pode gerar informações distorcidas, gerando possíveis divergências nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, além de incentivar um ambiente propício a prática de ajustes por meio de lançamentos manuais possibilitando uma maior influência humana e potenciais erros.

Recomendações

Recomendamos que sejam analisadas alternativas para reduzir o prazo de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Esse processo de melhoria deve envolver todos os Departamentos como: Compras, Prestação de Serviços, Folha de Pagamento, Recebimentos e Pagamentos, por meio de uma integração entre esses ciclos operacionais.

Comentários da Administração em 2021

Apesar da divulgação das demonstrações contábeis de 2020 ter ocorrido 89 dias após o término do exercício social (dentro do prazo legal para divulgação), os balancetes foram disponibilizados em 26 de janeiro de 2021 e posteriores alterações específica de acordo com o decorrer do trabalho de auditoria.

Adicionalmente, todos os papeis de trabalhos solicitados no período, inclusive as demonstrações contábeis consolidadas foram atendidas dentro desse prazo.

PÁGINA: 11 de 91

A Companhia concorda que existe um processo interno a ser revisto em relação à redução de prazo dos departamentos na entrega das informações mensais, o que já está sendo tratado diante das melhorias já implantadas na Companhia, inclusive a criação da Área de Controles Internos que irar colaborar na revisão dos processos internos das áreas envolvidas.

Comentários da BDO Brazil em 2022

Constatamos que determinadas etapas definidas em nosso cronograma de auditoria não foram atingidas conforme o planejado. As documentações solicitadas referente aos saldos de contas a receber (notas fiscais e boletins de medição) foram compartilhadas com atraso. Recomendamos que envidem esforços na redução dos prazos de envio das informações internas.

Comentários da Administração em 2022

Com o intuito de aprimorar o processo de geração de informações para tomada de decisão e reduzir os prazos de fechamento contábil, a Companhia tem revisado políticas e procedimentos, automatizado processos e reforçado diversos departamentos com a contratação de novos colaboradores. Esta evolução pode ser percebida através da redução dos prazos de fechamento: anteriormente, os fechamentos mensais eram encerrados em torno dos dias 29 ou 30 do mês subsequente, enquanto atualmente estão ocorrendo até o 10º dia útil do mês subsequente.

Hoje, nossa expectativa para conclusão do processo de divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2022 é na 1º quinzena de março de 2023.

Divergência entre o relatório de Fornecedores e o saldo contábil.

Situação atual

Constatamos divergências entre saldo contábil e o relatório do Departamento de Contas a Pagar, conforme demonstrado a seguir:

Conta Contábil	Descrição	Saldo contábil	Divergência	Relatório financeiro
2.1.1.01.001	Fornecedores Nacionais	(9.077.924)	(203.902)	(9.281.826)

A integração entre os sistemas de contas a pagar e os sistemas contábeis têm como intuito a melhoria dos controles internos da Companhia, visando a redução de tempo das análises e dos riscos de erros e imprecisões de informações registradas garantindo assim a regularização dos saldos e a integridade das demonstrações contábeis.

Risco

A ausência de conciliações mensais leva a não identificação ou não retificação tempestiva de divergências que podem distorcer as demonstrações contábeis.

PÁGINA: 12 de 91

Recomendações

Recomendamos que as conciliações sejam realizadas mensalmente de forma tempestiva para que os relatórios financeiros estejam conciliados integralmente com os registros contábeis.

Comentários da administração

As pendências apontadas foram devidamente regularizadas nos meses subsequentes. Vale ressaltar que a Companhia tem revisado procedimentos e automatizado processos e controles, com o objetivo de identificar e regularizar, de forma mais célere, possíveis pendências e/ou divergências. Adicionalmente, houve recente reestruturação da Controladoria, inclusive com contratação de novos colaboradores. Esse conjunto de medidas tem gerado mais agilidade no processo de análise das contas contábeis.

(ii) Pontos de recomendações – Trabalhista

Declaração incorreta de obrigações acessórias (REINF e DCTFWeb)

Aplicável a Priner Serviços industriais S.A. e a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.

Situação atual na Priner Serviços Industriais S.A.

Conforme informações e documentações recebidas, a Priner Serviços, por um erro na parametrização das informações realizou a declaração dos valores de forma incorreta nas obrigações acessórias (REINF e DCTFWeb) dos meses de janeiro, fevereiro, maio, junho, julho e outubro de 2021, gerando assim, valores pagos e declarados divergentes do devido.

Além disso, recebemos a informação de que as retificações das obrigações acessórias ainda não foram realizadas e que esse processo seria realizado em fevereiro de 2022.

Situação atual na Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.

Conforme informações e documentação que recebemos, a Smartcoat, por um erro na parametrização das informações realizou a declaração dos valores de forma incorreta nas obrigações acessórias (REINF e DCTFWeb) dos meses de junho e julho de 2021, gerando assim, valores pagos e declarados divergentes do devido.

Além disso, recebemos a informação de que as retificações das obrigações acessórias ainda não foram feitas e que esse processo seria realizado em fevereiro de 2022. E que o valor a pagar referente a diferença declarada está devidamente provisionado no balancete.

Risco

De acordo com a IN RFB N^{o} 2005, de 29 de janeiro de 2021 artigo 14, O contribuinte que apresentar a DCTFWeb com incorreções ou omissões será intimado a prestar esclarecimentos, no prazo estipulado pela RFB e ficará sujeito a multas.

Base legal: IN RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021 artigo 14, § 3º, I.

Penalidade: § 3º A multa mínima a ser aplicada será de: I - R\$ 200,00 (duzentos reais), em caso de omissão de declaração sem ocorrência de fatos geradores.

PÁGINA: 13 de 91

Recomendações

Recomendamos que as retificações das obrigações acessórias sejam realizadas com a maior brevidade possível para evitar pagamentos incorretos e evitar possíveis penalidades.

Comentários da Administração

A Companhia acata as recomendações acima e declara que está providenciando as retificadoras do REINF e DCTFWEB dentro do 2ITR22.

Adicionalmente, informa que está atuando na análise e confronto mensal das apurações que envolvem as obrigações acessórias citadas, de forma que as retificações sejam realizadas antes de qualquer manifestação do Fisco e que realizou recente reestruturação da Controladoria, incluso com contratação de novos colaboradores.

Não incidência de INSS - 1/3 de férias MP 927 (Ponto recorrente)

Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A. e Priner Serviços Industriais S.A

Situação atual

De acordo com a parametrização do sistema e procedimentos realizados no exercício anterior (dezembro de 2020), verificamos que a verba "1921 - 1/3 ADIC.CONST.FERIAS - MP 927" não estava incidindo INSS, no entanto, temos o entendimento que a verba deveria incidir o INSS assim como a verba "591 - 1/3 FERIAS NO MES" está incidindo devidamente. Ressaltamos que a obrigação acessória não foi retificada. No trabalho atual (2021) não consta essa verba na folha de pagamento.

Apesar de possuir discussões sobre a incidência da verba, no dia 28 de agosto de 2020 o Supremo Tribunal Federal – STF finalizou o julgamento do Recurso Extraordinário nº. 1072485 e reconheceu a constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de 1/3 constitucional de férias gozadas.

Risco

Com base na decisão do STF, entendemos que a Companhia está exposta a fiscalização e a cobrança do fisco em relação ao INSS que não foi pago sobre a verba. Como já passou um ano e a Empresa não sofreu nenhum questionamento em relação ao tema, estamos colocando apenas uma observação no campo de outras considerações e iremos manter pelo período prescricional de 5 anos.

Recomendações

Recomendamos que a empresa promova o pagamento das contribuições de INSS incidentes sobre 1/3 de férias, com os devidos acréscimos legais.

Comentários da Administração em 2021

A companhia aguarda a decisão da finalização do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal definindo os efeitos da modulação, em que pese se o recolhimento do INSS deverá ser retroativo ou não.

PÁGINA: 14 de 91

Comentários da Administração em 2022

Dada a complexidade do tema, o STF ainda não se manifestou. A companhia conta com apoio de consultores especializados e permanece no aguardo da manifestação do STF quanto ao pedido de modulação do novo entendimento para que se defina ou não o recolhimento.

Compensação das verbas Indenizatórias - Ponto recorrente

Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A. e Priner Serviços

Situação atual na Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A

Em setembro de 2018, a Smartcoat registrou em seu ativo um crédito previdenciário sobre verbas consideradas indenizatórias segundo parecer do escritório de advocacia Vieira Aguia advogados (1/3 de férias e aviso prévio indenizado), e até maio de 2020 a mesma realizou compensações mensais do valor levantado.

Em relação a verba de 1/3 de férias, de acordo com a decisão do STF - Supremo Tribunal Federal que no dia 28 de agosto de 2020 finalizou o julgamento do Recurso Extraordinário nº. 1072485 e reconheceu a constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de 1/3 constitucional de férias gozadas.

Conforme já orientado em relatórios anteriores, a Smartcoat cessou as compensações em junho de 2020. No entanto, com base nos controles fornecidos a empresa já havia compensado R\$ 2.035.945,18 e dentre esse valor entendemos que R\$ 225.263,11 é referente a 1/3 de férias e que foi compensado indevidamente.

Sendo assim, o saldo em que a Empresa tinha no ativo na conta "1.1.6.07.001 - Recuperação de créditos previdenciários" deve ser baixado, dada a natureza do crédito não ser compensável.

De acordo com resposta recebida da Sra. Cintia Mendonça por e-mail, no dia 09 de fevereiro de 2022 às 22:03, até o presente momento a empresa está seguindo com a mesma posição formalizada na carta de recomendação:

"A companhia aguarda a decisão da finalização do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal definindo os efeitos da modulação, em que pese se o recolhimento do INSS deverá ser retroativo ou não".

Situação atual na Priner Serviços Industriais S.A

Em setembro de 2018 a Priner reconheceu um crédito previdenciário sobre verbas consideradas indenizatórias segundo parecer do escritório de advocacia Vieira Aguia advogados e BMF consultoria (1/3 de férias e aviso prévio indenizado), dentro do próprio ano a empresa consumiu o montante levantado por meio de compensação.

Desde então, estamos alertando a Priner acerca do fato de não haver desfecho da incidência previdenciária patronal sobre 1/3 de férias e orientando que fossem revistas as compensações.

Por fim, a Priner seguiu nossa orientação e parou de compensar, no entanto, com a decisão do STF no RE 1.072.485/PR de 31 de agosto de 2020, o valor já compensado em relação a 1/3 de férias é considerado indevido e passível de multa e juros.

PÁGINA: 15 de 91

Com base no resumo de cálculo da BMF o valor dessa verba representou R\$ 2,5 milhões na Priner Serviços e R\$ 508 mil na Smartcoat, já utilizados por meio de compensação.

De acordo com o parecer do advogado da MN&K a decisão do STF está pendente de análise quanto a modulação dos seus efeitos, que se ocorrer será a partir da data do julgamento ou outra determinada para frente.

Entendemos pela fragilidade dos valores compensados no período passado, motivo pelo qual, entendemos ser necessário posicionamento dos advogados da Priner sobre o efeito jurídico caso ocorra a modulação dos efeitos da decisão em relação aos créditos já compensados de algo que sempre foi devido e confirmado por decisão atual do STF.

Risco

A empresa compensou o INSS pago desde 2013 sobre a verba de 1/3 de férias constitucional com base em decisão não transitada em julgado do STJ, porém, recentemente o STF por se tratar de assunto constitucional determinou que é devido o INSS sobre a referida verba, sendo assim, a Empresa corre o risco de ser autuada em caso de fiscalização e deve realizar o pagamento dos valores compensados indevidamente acrescido de multa e juros.

Recomendações

Recomendamos que a empresa retifique as obrigações acessórias e promova o recolhimento do INSS que deixou de ser recolhido com os acréscimos de multa e juros.

Comentários da Administração em 2021

A Companhia aguarda a decisão da finalização do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal definindo os efeitos da modulação, em que pese se o recolhimento do INSS deverá ser retroativo ou não.

Comentários da Administração em 2022

Dada a complexidade do tema, o STF ainda não se manifestou. A companhia conta com apoio de consultores especializados e permanece no aguardo da manifestação do STF quanto ao pedido de modulação do novo entendimento para que se defina ou não o recolhimento.

Cota Empregados reabilitados ou portadores de deficiência (Ponto recorrente)

Aplicável a Priner Serviços industriais S.A.

Situação atual

Com base em entrevista, a Priner não tem cumprido a totalidade da cota de empregados portadores de necessidades especiais conforme o artigo 93 da Lei nº 8.213/91. Além disso, verificamos no relatório de situação fiscal emitido no portal da Receita Federal do dia 04 de janeiro de 2022, que a Empresa possui um processo com o nº 70.5.19.002844-66 e de Receita 3623-CLT inscrito no dia 07 de junho de2019.

PÁGINA: 16 de 91

Conforme informações recebidas por e-mail no trabalho anterior (no dia 22 de março de 2021), se trata de um processo administrativo, oriundo de auto de infração recebido pela Priner por deixar de preencher de 2% a 5% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas e que até dezembro de 2020 não estava cumprindo a cota determinada pela legislação.

Para efeito de aferição dos percentuais informados na lei, deverá ser considerado o número de empregados da totalidade dos estabelecimentos da empresa, ou seja, os trabalhadores poderão estar distribuídos nos diversos estabelecimentos ou centralizados em um deles. Tendo em vista a tratar do parecer a auditoria contábil, não foi realizado a quantificação de PNE necessários para a empresa atingir a cota.

Risco

A empresa poderá sofrer autuações, tendo em vista que não está cumprindo com a totalidade da cota determinada pela legislação.

Recomendações

Recomendamos a contratação do mínimo exigido na norma legal, a fim de evitar novos questionamentos e autuações do Fisco.

Comentários da Administração em 2021:

A companhia mantém seu compromisso em promover oportunidades de trabalho e a publicação das vagas para pessoas PCD. Porém não temos obtido êxito pela natureza da atividade preponderante de alto risco e as limitações existentes no mercado de trabalho na disponibilização de profissionais PCD que possam desenvolver atividades em nosso segmento.

Comentários da Administração em 2022

A Companhia mantém seu compromisso em promover oportunidades de trabalho e a publicação das vagas para pessoas PCD, priorizando a segurança e integridade física dos seus colaboradores.

Não temos obtido êxito no cumprimento integral da cota de colaboradores portadores de necessidades especiais em função da natureza de atividades preponderantes de alto risco e as limitações existentes no mercado de trabalho na disponibilização de profissionais PCD que possam desenvolver algumas atividades inerentes ao nosso segmento.

(iii) Pontos de recomendações – Tecnologia da Informação (TI)

Fragilidade nos parâmetros habilitados de complexidade de senha dos usuários na Rede Corporativa

PÁGINA: 17 de 91

Situação Identificada

Após verificação dos parâmetros de senhas configurados na Rede Corporativa da Priner Serviços Industriais, identificamos que os parâmetros de senhas atualmente configurados estão em desacordo com o recomendado pela BDO Brazil, conforme tabela abaixo.

ITEM (critério)	Recomendação BDO Brazil	Configurado AD Priner
Tempo máximo de vida da senha (período de expiração)	30,60 ou 90 dia(s)	120 dias
Quantidade de tentativas inválidas para bloqueio	3 - 5 tentativas	N/A
Duração de bloqueio	30 minutos	N/A
Tempo de duração do <i>reset</i>	30 minutos	N/A
Tempo mínimo de vida da senha	1 Dia(s)	30 dia(s)

Risco

Acesso indevido a dados confidenciais da Rede Corporativa Active Directory, sejam esses internos ou externos por pessoas não autorizadas da Priner Serviços Industriais S.A. e por conseguinte danificá-los, propositalmente ou não.

Recomendações

Sugerimos o aprimoramento das configurações relacionadas aos parâmetros atualmente adotados para controle de acesso lógico de usuários na Rede Corporativa:

- Tempo máximo de vida da senha: configurar para 30, 60 ou 90 dias;
- Quantidade de tentativas inválidas para bloqueio: configurar entre 3 e 5 tentativas;
- Duração de bloqueio: configurar para 30 minutos;
- Tempo de duração do reset: configurar para 30 minutos;
- Tempo mínimo de vida da senha: configurar para, no mínimo, 1 (um) dia.

Comentário da Administração

Alterações já implementadas, conforme Política de Segurança da Informação vigente.

Ambiente de alocação dos servidores passível de melhorias

Situação Identificada

Referente aos controles de acesso físico as instalações do Datacenter da Priner Serviços Industriais S.A., verificamos que não existe controle formal relacionado a entrada e saída de equipamentos, e não há um sistema de alarme ou procedimento formalizado em caso de acesso indevido. O acesso ao Datacenter da Priner Serviços Industriais pelos colaboradores da Equipe de TI é feito através de porta com chave comum.

PÁGINA: 18 de 91

Risco

Entendemos que a ausência dos itens citados pode fragilizar o ambiente de TI e, consequentemente, acarretar danos aos equipamentos (*hardware*) e causar a indisponibilidade das informações da empresa em situações de contingência ou por instalações inapropriadas.

Recomendações

Recomendamos a reestruturação do ambiente visando aprimorar o ambiente de controle do Datacenter, visto que a representação monetária dos ativos alocados na sala vai além da quantificação dos *hardwares*.

Comentário da Administração

Todos os servidores de missão crítica estão em nuvem, no datacenter TIER 3 da Totvs. Os servidores locais são equipamentos apenas de autenticação e registro de sistemas legados, não sendo justificado sua transferência para ambiente em nuvem, na avaliação da Administração. A fim de atender a essa recomendação, será instalada fechadura com leitura biométrica e com *logs* de acesso até setembro de 2022.

(iv) Pontos de Recomendações - Tributário

COFINS a Recolher

Aplicável a Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.

Situação Identificada

Identificamos que na rubrica "COFINS a recolher" da Empresa Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A constam saldos ainda não baixados de meses anteriores, no entanto, conforme exposição dada pela Empresa, essa está com todos os débitos em dia, e que de fato o saldo está poluído, devendo apenas constar o saldo de dezembro de 2021 a pagar.

Rubrica relacionada:

Descrição	Conta	Período	Saldo	Saldo BDO	Variação
	Contábil	analisado	contábil -A	Brazil -B	C = A - B
COFINS a Recolher	2.1.3.01.002	31/12/2021	(336.054,36)	(53.991,03)	(282.063,33)

Risco

Não representa um risco fiscal, apenas um ajuste contábil.

Recomendações

Sugerimos que a Empresa proceda com ajuste e demonstre na provisão os débitos em aberto (caso possua) e a provisão do respectivo mês de dezembro de 2021.

PÁGINA: 19 de 91

Comentário da Administração

A variação apontada foi ajustada em janeiro de 2022.

Divergências entre as obrigações acessórias

Aplicável à Smartcoat Engenharia em Revestimentos S.A.

Situação Identificada

Identificamos algumas divergências nas obrigações acessórias, sendo nos meses de:

- 1) Abril a junho e setembro a novembro de PIS e COFINS não cumulativo;
- 2) Abril, maio, julho, setembro e outubro PIS e COFINS cumulativo;

Risco

Artigo 10-A

"não apresentação da EFD-Contribuições no prazo fixado no artigo 7, ou a sua apresentação com incorreções ou omissões, acarretará aplicação, ao infrator, das multas previstas no artigo 12 da Lei nº 8.218, de 1991, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, inclusive aos responsáveis legais."

(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1876, de 14 de março de 2019).

Artigo 14

"O contribuinte que deixar de apresentar a DCTF ou a DCTFWeb nos prazos estabelecidos nos artigos. 9º, 10 e 11, ou que apresentá-las com incorreções ou omissões, será intimado a apresentar a declaração original, no caso de não apresentação, ou a prestar esclarecimentos, nos demais casos, no prazo estipulado pela RFB, e ficará sujeito às seguintes multas:

I - de 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante dos impostos e das contribuições informados na DCTF ou das contribuições informadas na DCTFWeb, ainda que integralmente pagos, no caso de falta de entrega da declaração ou de entrega depois do prazo, limitada a 20% (vinte por cento), observado o disposto no § 3º; e

II - de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada grupo de 10 (dez) informações incorretas ou omitidas."

Recomendações

Sugerimos que a Empresa proceda com as retificações para que haja simetria entre as informações prestadas nas obrigações acessórias em 2021.

Comentário da Administração:

A Companhia reconhece as divergências e já iniciou as retificações. A conclusão das retificações da DCTF e EFD-Contribuições será até 30 de junho de 2022.

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e suaadequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um sistema de controles internos para monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, as quais são atualizadas sempre que necessário, entre as quais destacam-se a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno ("Política de Integridade") e o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), nos quais foram aprovados os mecanismos e procedimentos de integridade a seguir indicados:

- Divulgação para seus funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores e parceiros comerciais das Políticas;
- Realização de prévia due diligence para avaliar a integridade dos terceiros contratados, parceiros comerciais e toda e qualquer sociedade (inclusive seus sócios) que seja alvo de uma operação de fusão e aquisição pela Companhia. Caso seja identificada alguma informação sensível relacionada à corrupção, o caso deve ser submetido à análise e aprovação da Diretoria Executiva e do Comitê de Ética, que conta com um membro independente;
- Vedação à qualquer contribuição para campanhas ou causas políticas;
- Aprovação prévia do Comitê de Ética para a realização de quaisquer doações e patrocínios em nome da Companhia;
- Manutenção de registro, contabilização e controles financeiros da Companhia de acordo com a regulamentação vigente, a Política de Integridade e o Código de Ética;
- Treinamento anual dos funcionários e administradores da Companhia;
- Implementação de um canal de denúncia no site da Companhia, o qual pode ser, inclusive, utilizado de forma anônima pelos funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e qualquer parceiro comercial;
- Adesão dos prestadores de serviço e fornecedores à Política de Integridade e ao Código de Ética;
- A inclusão obrigatória, em todos os contratos firmados com terceiros, de cláusulas anticorrupção para assegurar o cumprimento da Política de Integridade e do Código de Ética ou a assinatura de um termo de adesão à referida política e código;
- Realização de uma auditoria independente anual para verificar se todas as regras previstas na Política de Integridade e no Código de Ética estão sendo cumpridas. Concluída a auditoria, os auditores independentes encaminharão um relatório para o Diretor Financeiro e Relações com Investidores, que submeterá o relatório ao Comitê de Ética para que sejam propostas soluções para as eventuais falhas apontadas, bem como recomendações de medidas que possam reforçar a política anticorrupção da Companhia.
- Vedação à oferta ou recebimento de brindes e similares na forma de dinheiro e/ou presentes, viagens, cortesias de entretenimento e similares utilizado para satisfazer

relacionamento pessoal ou proporcionar vantagem para Colaboradores ou para a Companhia;

 Obrigatoriedade de submissão de intenção de realizar doações filantrópicas ou patrocínios pela Companhia, ou em nome dela, ao Diretor Financeiro e Relações com Investidores;

A Companhia implementou Política de Transação com Partes Relacionadas. A Política tem por objetivo estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha a possibilidade de contratar e que apresentem algum tipo de relação com a Companhia e/ou situações com potencial conflito de interesse sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, vide item 12.2.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia instalou um Comitê de Ética, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2018 formado pelos membros da Diretoria e um membro do Conselho de Administração para:

- zelar pelo cumprimento da Política de Integridade e do Código de Conduta e esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo;
- Analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas pela Companhia;
- Estimular a adequação das práticas, políticas e procedimentos à Política de Integridade e ao Código de Conduta;
- Garantir a privacidade e a proteção dos temas e pessoas envolvidas em questões éticas;
- Aprovar e garantir a pertinência das Políticas, propondo o aprimoramento do documento;
- Monitorar e reportar os indicadores das denúncias de conduta, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções mais vulneráveis na Companhia; e
- Apreciar e decidir sobre eventuais recursos e/ou pedidos de reconsideração interpostos sobre aplicação e definição de sanções a colaboradores.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmenteaprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 24 de abril de 2018, o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018, 12 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2021. O Código de Ética é aplicável a todos os membros da administração da Companhia, empregados diretos e indiretos da Companhia, bem como seus fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os gestores e empregados da Companhia serão submetidos a treinamentos anuais em relação ao Código de Ética.

 as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Conduta prevê medidas disciplinares aplicáveis em caso de descumprimentos de normas e regras da Companhia, sejam eles cometidos por seus funcionários diretos ou indiretos, administradores, fornecedores ou prestadores de serviço. Reincidências, incluindo o descumprimento de planos de ação, também são sujeitas a medidas disciplinares. São punições possíveis:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem justa causa;
- Demissão com justa causa; ou
- Notificação até rescisão contratual para pessoas jurídicas.

A aplicação de medidas disciplinares deve ser feita, tanto quanto possível, logo em seguida à falta cometida. Admite-se um período maior de tempo para a aplicação de penalidade quando a falta requerer apuração de fatos e das devidas responsabilidades.

As sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

As sanções poderão ser definidas e aplicadas (i) pelo superior hierárquico do infrator e/ou (ii) por qualquer dos Diretores, sendo facultada a interposição de recurso/pedido de reconsideração ao Comitê de Ética.

 órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 24 de abril de 2018 o Código de Ética, o qual foi aditado pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de dezembro de 2018, 12 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2021. O Código de Ética encontra-se disponível no site da Companhia.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.

A Companhia possui um canal de denúncia interno, para o recebimento de relatos anônimos ou identificados, prestados pelo público interno ou público externo, cujas denúncias são averiguadas pelo Comitê de Ética, para o seguinte endereço eletrônico:

ouvidoria@priner.com.br ou pelo canal de ouvidoria em http://www.priner.com.br/contato/#ouvidoria, disponível a todos no site da Companhia.

se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal pode receber denúncias dos empregados, administradores e qualquer terceiro mediante o envio de e-mail para o seguinte endereço eletrônico: comite.auditoria@priner.com.br ou pelo canal de ouvidoria em http://www.priner.com.br/contato/#ouvidoria, disponível a todos no site da Companhia.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Comitê de Ética, mediante os canais acima mencionados, recebe relatos anônimos ou identificados. Toda denúncia recebida será tratada com imparcialidade, transparência e confidencialidade. Nenhuma retaliação ao relator será aceita por se reportar em boa-fé. Retaliações de qualquer natureza devem ser informadas de imediato aos canais acima mencionados.

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são recebidas e apuradas pelo Comitê de Ética.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota os seguintes procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias:

- Busca parceiros ou companhias alvo que tenham o mesmo comprometimento com os valores éticos adotados pela Companhia em sua Política de Integridade e Código de Conduta;
- Realiza processo de "due diligence" criterioso que englobe uma análise fiscal, contábil, financeira e jurídica, bem como incluir no correspondente contrato cláusulas anticorrupção adequadas, além de cláusulas de indenização por eventual passivo que venha a ser atribuído à Companhia;
- Solicita a adesão das parceiras ou companhias alvo à Política de Integridadee Código de Conduta da Companhia;
- Após o fechamento da parceria ou aquisição, a Companhia aplicará nas parceiras ou companhias alvo as mesmas regras de compliance por ela adotada, como exemplo, canal de denúncia, política de brindes e contratação de terceiros, dentre outros.

Caso sejam identificadas quaisquer violações à legislação aplicável ou à Política de Integridade ou Código de Conduta, o Comitê de Ética deve ser comunicado formal e imediatamente.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia possui Política de Integridade e Código de Ética.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

COVID-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal decretou estado de calamidade pública, fruto de pandemia mundial sem precedentes - CORONAVÍRUS (COVID-19).

A fim de analisar e se preparar para enfrentar esta nova crise, a Companhia estabeleceu a criação de um grupo de trabalho, denominado Comitê para Gestão da Crise, com três pilares de atuação: proteção da saúde de nossos colaboradores, minimização dos efeitos negativos da crise em nossos resultados e proteção da sólida posição financeira do grupo.

Como resposta aos primeiros sinais de redução temporária do volume de nossas operações, decidimos pela decretação de férias para parcela representativa de nossos colaboradores e instituição do regime de trabalho remoto para os colaboradores dos setores de apoio. Neste primeiro momento, não havia clareza sobre a duração e tamanho da pandemia. Em poucas semanas, formou-se consenso que a crise não seria curta, o que nos levou a tomar outras ações de forma imediata, dentre as quais destacamos redução do quadro de colaboradores em praticamente todos os setores, redução de jornada de trabalho e salários (MP 936), redução das contribuições ao sistema "S" (MP 932) e postergação dos recolhimentos de PIS/COFINS/INSS/FGTS (Portaria 139).

Adicionalmente, foi realizada reestruturação do organograma da Companhia, visando readequá- lo ao novo cenário que se apresentava, além de revisão de nosso orçamento para 2020, renegociação de preços com diversos fornecedores, início de projetos visando simplificação e automação de atividades de back-office e estudos para redução da área útil de alguns imóveis locados.

As incertezas e riscos gerados pela pandemia afetaram significativamente os resultados da Companhia em 2020, apesar da rápida recuperação no volume de atividades da Companhia, observada a partir do terceiro trimestre de 2020. A materialização desses riscos tem afetado o crescimento global e pode reduzir as expectativas de taxas de crescimento do país e, por conseguinte, impactar negativamente as estratégias de negócios da Companhia, os resultados das suas operações e a sua condição financeira.

A Companhia monitora diariamente os desdobramentos da pandemia em seus negócios e implementa ações a fim de preservar seus colaboradores, sua liquidez e o atendimento a seus clientes.

Os impactos da pandemia nos resultados da Companhia reduziram significativamente em 2021, em comparação a 2020. Apesar da redução, ainda houve impactos em 2021, principalmente no primeiro e quarto trimestres, sendo o primeiro em função da segunda onda da pandemia e o último referente à uma nova variante do vírus (ômicron).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 do Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às informações contábeis consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a continuidade e desenvolvimento de suas operações.

No início de 2020, a Companhia recebeu aporte de capital de R\$ 161 milhões, referente ao ingresso líquido de taxas e comissões dos recursos oriundos do IPO.

Em 2021, encerramos o ano com Posição Financeira Líquida Consolidada de + R\$ 16,1 milhões, com disponibilidades de R\$ 76,6 milhões.

Em linha com nosso Plano Estratégico, permanecemos analisando novas oportunidades de M&As, visando nossa expansão e posicionamento como o consolidador natural no segmento de serviços industriais recorrentes. A fim de otimizar o processo de integração das futuras operações de M&A e incrementar a produtividade das atividades de *backoffice*, demos início a uma série de projetos em 2020 para automação e simplificação de processos administrativos. Além disso, reforçamos nossa estrutura em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A Receita Líquida e o Lucro Bruto Consolidados do exercício de 2019 apresentaram crescimento de 6,5% e 8,9%, respectivamente, com expansão de margem de 0,3 p.p. em relação ao exercício de 2018. O lucro bruto da Priner (Serviços + Locação) apresentou crescimento de 2,0% em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo forte crescimento das receitas com locação (+49% 2019 vs 2018). Para atendimento ao aumento de demanda, a Companhia incrementou investimentos de capital e aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros. A controlada Smartcoat apresentou significativa melhoria no lucro bruto em relação ao ano anterior, apesar do resultado bruto ainda ter sido negativo, tendo como causa deste resultado um contrato que gerou prejuízo em 2018 e 2019, o qual foi encerrado em junho de 2019. Além deste contrato específico, os resultados desta controlada foram impactados pela reestruturação finalizada em 2019, a qual gerou custos com demissões: seu quadro de colaboradores reduziu 48% ao longo do exercício de 2019 (363 em 2019 x 700 em 2018). Em 2019, a Smartcoat deu continuidade ao movimento de alteração no perfil de seus contratos, passando a priorizar contratos com forte participação de locação de equipamentos e prestação de serviços com cobrança de diária, em substituição a contratos de prestação de serviços por produtividade.

Excluindo itens não recorrentes (ajuste a valor justo das opções de compra e venda das investidas R&R e Smartcoat, contingências trabalhistas e reavaliação de imobilizado), as despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 6,9%, em função de reajustes pontuais (dissídio coletivo e alguns fornecedores de serviços) e despesas não recorrentes com a transferência da filial de Macaé da Priner Serviços para o prédio da controlada Smartcoat, na mesma cidade.

A fim de atender a demanda por novos serviços e locações, o grupo incrementou os investimentos em novos ativos (R\$ 17,9 milhões em 2019 vs R\$ 14,9 milhões em 2018), 98% dos quais em equipamentos produtivos. Apesar dos investimentos realizados, a fim de atender ao crescimento da demanda por serviços e locação, a Companhia aumentou o volume de equipamentos locados de terceiros, gerando custos de aluguel de R\$ 7,7 milhões.

O endividamento líquido consolidado apresentou redução de R\$ 26,9 milhões, equivalente a 34,7%. Como parte de nosso plano para reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R\$

67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a controladora recebeu aporte de capital no montante de R\$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

No início de 2019, como parte de nossa estratégia visando a contínua melhoria de controles internos, a controlada Smartcoat passou a utilizar um sistema integrado de gestão - ERP do grupo Priner, o qual havia sido implementado na Priner Serviços e Priner Locação em janeiro de 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Em fevereiro de 2020, a Companhia realizou seu *IPO (Initial Public Offering)*, através da distribuição primária de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias e da distribuição secundária de 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias. O valor total foi de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 174 milhões referentes a distribuição primária e R\$ 26 milhões referentes a secundária. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020.

Alguns dias depois, mais precisamente no dia 20 de março de 2020, o Senado Federal decretou estado de calamidade pública, fruto de pandemia mundial sem precedentes - CORONAVÍRUS (COVID-19).

A fim de analisar e se preparar para enfrentar esta nova crise, a Companhia estabeleceu a criação de um grupo de trabalho, denominado Comitê para Gestão da Crise, com três pilares de atuação: proteção da saúde de nossos colaboradores, minimização dos efeitos negativos da crise em nossos resultados e proteção da sólida posição financeira do grupo.

Apesar de nenhum projeto ter sido cancelado (inexistência de perda de *backlog*), muitos clientes postergaram ou reduziram as atividades de manutenção em curso, o que forçou a Companhia a adequar o seu headcount em poucas semanas, ao longo do segundo trimestre. A determinação de severas restrições de acesso aos complexos industriais e plataformas *offshore* foi o fator responsável pelo desmonte dos planos originais da Companhia para criação de valor neste trimestre. Os resultados foram impactados, simultaneamente, por redução de receitas e ocorrência de gastos extraordinários com demissões.

Em linha com a expectativa da Companhia, houve redução de 32,2% na Receita Líquida Consolidada do segundo trimestre de 2020, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior: R\$ 48,2 milhões vs R\$ 71,1 milhões. A principal causa desta redução foi a pandemia mundial, sem precedentes: Coronavírus (Covid-19). Apesar da redução no ritmo de prestação de serviços em diversos clientes, cabe ressaltar não ter ocorrido cancelamento de nenhum contrato da Companhia.

A fim de enfrentar os efeitos da pandemia, dentre outras medidas, a Administração optou por realizar downsizing significativo na Companhia. A Priner (Serviços e Locação) contava com 2.322 colaboradores ao final do primeiro trimestre de 2020 e encerrou o segundo trimestre com 1.485 colaboradores, o que representa redução de 36,0%. Por sua vez, a Smartcoat sofreu redução de 49,5%, saindo de 323 colaboradores ao final do primeiro trimestre de 2020 para 163 colaboradores ao final do segundo trimestre de 2020. A redução de quadro gerou gastos totais com demissões de R\$ 10,1 milhões, assim distribuídos: custos de R\$ 8,5 milhões e despesas de R\$ 1,6 milhões. Os custos impactaram o Lucro Bruto e as despesas geraram impacto adicional no Resultado Operacional.

O terceiro trimestre foi marcado pela recuperação no volume de operações, fruto da redução nas restrições de acesso aos complexos industriais e plataformas offshore, apesar da ocorrência de alguns eventos indesejados isolados. Houve recuperação de 13,8% nas receitas líquidas consolidadas (R\$ 54,8 milhões no 3T20 vs R\$ 48,2 milhões no 2T20), crescimento substancial de 24,3% no backlog (R\$ 440,7 milhões a final do 3T20 vs R\$ 354,6 milhões ao final do 2T20) e incremento na quantidade colaboradores (254 contratações líquidas). Além disso, encerramos o trimestre com 321 vagas abertas para contratação de novos colaboradores ao longo do quarto trimestre e confirmou-se que, até o momento, nenhum projeto em backlog foi cancelado, apesar da

pandemia Coronavírus (Covid-19).

Ao contrário do ocorrido no trimestre anterior, período no qual as margens foram impactadas por custos não recorrentes com demissões, consequência da pandemia, a margem bruta da prestação de serviços apresentou franca recuperação. Com isso, a margem bruta consolidada no 3T20 atingiu 17,2%, o que representa performance superior aos valores apresentados mesmo em períodos prépandemia: 13,2% no 1T20 e 14,1% em 2019.

Como consequência das medidas adotadas para enfrentamento da crise e do novo cenário econômico, as despesas gerais e administrativas apresentaram redução representativa, com destaque para os gastos com pessoal. Desconsiderando-se dois eventos não recorrentes e sem relação com a pandemia (avaliação a valor justo de opções de compra e venda de adquiridas e plano de opções), houve redução de 38,4% em relação ao trimestre anterior (R\$ 6,7 milhões no 3T20 vs R\$ 10,8 milhões no 2T20).

Em linha com as expectativas da Administração, o quarto trimestre foi o segundo trimestre consecutivo a apresentar sólido incremento no volume das operações, confirmando o movimento de recuperação em "V" de nossas receitas, iniciado em junho de 2020. Comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, a Receita Líquida Consolidada do quarto trimestre de 2020 apresentou crescimento de 24,1%: R\$ 68,0 milhões vs R\$ 54,8 milhões.

Como consequência do aumento no ritmo de prospecção de novos contratos e segmentos, aliado a confirmação da manutenção de 100% dos contratos conquistados no período pré-pandemia, encerramos o ano com quadro de 2.266 colaboradores (vs 1.931 ao final do terceiro trimestre de 2020). Houve incremento substancial na quantidade de vagas abertas: 647 ao final do ano (vs 321 ao final do terceiro trimestre de 2020), as quais devem ser preenchidas no primeiro trimestre de 2021.

A margem bruta consolidada no 4T20 manteve a tendência de alta e atingiu 18,4%, o que representa performance superior aos valores apresentados no trimestre anterior (17,2%) e em períodos prépandemia: 13,2% no 1T20 e 14,1% em 2019.

Ao final do quarto trimestre, a Posição Financeira Líquida Consolidada era de + R\$ 52,4 milhões, comparativamente a + R\$ 68,5 milhões ao final do terceiro trimestre. De acordo com nosso Plano Estratégico, no quarto trimestre aceleramos os investimentos de capital (R\$ 8,3 milhões) e adquirimos 100% da Poliend, empresa especializada em inspeção e controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END), por R\$ 4,9 milhões, sendo R\$ 2,9 milhões pagos à vista e o saldo em duas parcelas anuais.

Em linha com nosso Plano Estratégico, permanecemos analisando novas oportunidades de M&As, visando nossa expansão e posicionamento como o consolidador natural no segmento de serviços industriais recorrentes. A fim de otimizar o processo de integração das futuras operações de M&A e incrementar a produtividade das atividades de backoffice, demos início a uma série de projetos e 2020 para automação e simplificação de processos administrativos. Além disso, reforçamos nossa estrutura de backoffice em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais.

Permanecemos monitorando ativamente os desdobramentos da pandemia Coronavírus (Covid-19) em nossos negócios e implementando ações a fim de preservar nossos colaboradores, resultados e liquidez, buscando exceder as expectativas de nossos clientes, acionistas, colaboradores e fornecedores. Mantemos o objetivo de utilizar os recursos do IPO para realização de operações de M&As, modernização de equipamentos e reforço de capital de giro para nosso crescimento.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

O ano de 2021 foi marcado por forte crescimento no volume de atividades e margens, tendo como principais vetores a redução dos impactos operacionais da pandemia Covid-19 e o aproveitamento das sinergias comerciais entre as empresas do Grupo Priner. A adoção do modelo de multisserviços, com oferta combinada de serviços customizados para nossos clientes, constituiu-se fator determinante para a aceleração das sinergias comerciais, com resultados superiores às nossas expectativas iniciais. Esse modelo tem sido sustentado por reforço de nossa estrutura comercial, com incremento das equipes e realização de treinamentos cruzados.

Nossas receitas líquidas atingiram R\$ 433,1 milhões, o que representa crescimento de 78,8% em relação ao ano anterior e nossas margens brutas foram de 16,3%, um crescimento de 5,1 pp em relação ao ano anterior. Encerramos o ano com 3.200 colaboradores (vs 2.193 ao final de 2020) e 750 vagas em aberto, com previsão de preenchimento ao longo do primeiro trimestre de 2022. Conforme antecipado no trimestre anterior, o quarto trimestre foi marcado por relevante alteração nos contratos prestados, com início de três novas operações e encerramento de outras duas. Cabe ressaltar que as operações offshore no último trimestre do ano foram impactadas por intercorrências causadas pela variante ômicron.

Em paralelo ao crescimento orgânico, seguimos analisando empresas para novas aquisições em atividades de manutenção recorrente e com margens e ROICs atrativos. Em fevereiro de 2022, anunciamos a aquisição de 55% da empresa Brito & Kerche Inspeções S.A, movimento que ampliará a quantidade de serviços ofertados em Engenharia de Integridade e Inspeções, quintuplicará nossas receitas nesta rentável atividade e viabilizará a aceleração das sinergias comerciais.

Em maio de 2021, o Conselho de Administração aprovou o primeiro Programa de Recompra de Ações, limitado a 800.000 ações, concluído em outubro de 2021. Em janeiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou o segundo programa, de 1.000.000 de ações.

A fim de aumentar o grau de governança corporativa da Companhia, com transparência aos acionistas e ao mercado, o Conselho de Administração aprovou Política de Publicação Trimestral de Comunicados ao Mercado em julho, a qual determina prazos e conteúdo da referida publicação ("Prévia Operacional").

No dia 18 de novembro, realizamos o primeiro Priner Day: Visão 2026 - "Onde estamos, para onde vamos". Foi uma oportunidade única, na qual nossa diretoria interagiu com investidores a respeito de nossos pilares estratégicos, nosso negócio e nossas ambições.

Em 2021, geramos fluxo de caixa operacional (antes dos investimentos e recompra de ações) de + R\$ 15,4 milhões e encerramos o ano com Posição Financeira Líquida Consolidada de + R\$ 16,1 milhões, com disponibilidades de R\$ 76,6 milhões. Em função da aprovação de Plano de Recompra de Ações, investimos R\$ 6,6 milhão na aquisição de ações próprias. Os investimentos de capital, líquidos de baixas, totalizaram R\$ 45,1 milhões, sendo 93% em equipamentos operacionais (acesso, pintura, inspeção e isolamento) e 7% em equipamentos de informática, benfeitorias e móveis e utensílios. Os equipamentos em questão estão em linha com nosso plano estratégico e têm como objetivo gerar aumento de produtividade e/ou substituição de equipamentos até então locados de terceiros.

A fim de apoiar e acelerar nosso crescimento, em 2021 foram criadas duas novas diretorias: (i) Gente e Gestão, visando aprimorar nossas práticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, além de ações sustentáveis ("ESG") e (ii) Infraestrutura, a fim de liderar nossa expansão neste segmento, organicamente e através de Fusões & Aquisições. Adicionalmente, reforçamos nossa estrutura em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais para áreas de negócios e apoio estratégico, com criação do departamento de Controles Internos.

No primeiro semestre, implementamos projeto denominado Identidade e Cultura, visando fortalecer o alinhamento das lideranças em torno de nosso Plano Estratégico para os próximos 5 anos e gerar aceleração da integração e captura de sinergias entre as empresas do Grupo Priner. Em seguida, iniciamos Programa Especial para desenvolvimento das principais lideranças da Companhia, denominado Liderança Transformadora.

A fim de otimizar o processo de integração das futuras operações de Fusões & Aquisições e incrementar a produtividade das atividades de backoffice, demos continuidade a uma série de projetos iniciados em 2020 para automação e simplificação de processos administrativos. Além disso, integramos as atividades da controlada R&R – Isolafácil ao ERP do Grupo e a nossa base de dados relacionais (BI – business intelligence).

Apesar do cenário desafiador para 2022, nós, do grupo Priner, seguimos confiantes em nossa capacidade de aproveitar a oportunidade de crescente demanda existente e desbravar novos mercados, aprimorando e diversificando os serviços oferecidos aos nossos clientes. Estamos

empenhados em continuar e acelerar nosso crescimento em 2022 e nos próximos anos, baseados no tripé de novas aquisições com margens e retornos atrativos, captura de sinergias comerciais e continuado e seletivo crescimento orgânico.

Evolução da dívida líquida

A tabela a seguir apresenta sumário da dívida líquida da Companhia, expressa detalhadamente no item 3.2, "ii", em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro				
Indicadores Financeiros	2021	2020	2019		
Dívida bruta circulante	34.331	26.436	37.712		
Dívida bruta não circulante	30.208	34.247	57.444		
Dívida Bruta	64.539	60.683	95.156		
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, mútuo a receber e depósito judicial – dívida de aquisição Smartcoat)	(80.662)	(113.040)	(44.528)		
Dívida Líquida	(16.123)	(52.357)	50.628		

Como parte do plano para reestruturação de dívidas bancárias do grupo, em 10 de maio de 2019 concluímos o processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços, cuja operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a Controladora recebeu aporte de capital no montante de R\$ 20,0 milhões no exercício de 2019.

Em fevereiro de 2020, a Companhia realizou seu IPO (Initial Public Offering), através da distribuição primária de 17.391.304 (dezessete milhões, trezentos e noventa e um mil, trezentos e quatro) novas ações ordinárias e da distribuição secundária de 2.608.695 (dois milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e noventa e cinco) ações ordinárias. O valor total foi de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 174 milhões referentes a distribuição primária e R\$ 26 milhões referentes a secundária. O início de negociações das ações no segmento Novo Mercado da B3 ocorreu em 17 de fevereiro de 2020.

Em 2021, geramos fluxo de caixa operacional (antes dos investimentos e recompra de ações) de + R\$ 15,4 milhões e encerramos o ano com Posição Financeira Líquida Consolidada de + R\$ 16,1 milhões, com disponibilidades de R\$ 76,6 milhões. Em função da aprovação de Plano de Recompra de Ações, investimos R\$ 6,6 milhão na aquisição de ações próprias. Os investimentos de capital, líquidos de baixas, totalizaram R\$ 45,1 milhões.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o referido índice teve um aumento de 128,93% em relação ao ano anterior, tendo como principal motivo desta mudança o IPO, realizado em fevereiro de 2020, no qual a Companhia recebeu aporte de capital de R\$ 161 milhões, líquidos de taxas e comissões. Em 31 de dezembro de 2021, o índice teve uma redução de 35,16% devido a novas captações de empréstimos em linha com o plano de crescimento da Companhia.

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2021	2020	2019		
Indicadores financeiros					
Ativo Circulante	212.104	204.847	127.862		
Passivo Circulante	106.361	66.608	95.180		
Índice de liquidez corrente	1,99	3,08	1,34		

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 61,2% de capital próprio (patrimônio líquido) e 38,8% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 67,0% de capital próprio (patrimônio líquido) e 33,0% de capital de terceiros (passivo total). Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta por 31,1% de capital próprio (patrimônio líquido) e 68,9% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Valores expressos em R\$ mil

			or one cours	•···· ··· ··· ···			
		En	n 31 de dezei	mbro de			
	2021	2021		2020		2019	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	
Patrimônio Líquido	229.080	61,2%	225.586	67,0%	74.609	31,1%	
Passivo total	145.297	38,8%	111.044	33,0%	164.932	68,9%	
Total	374.377	100,0%	336.630	100,0%	239.541	100,0%	

Em 31 de dezembro de 2021, patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 229,1 milhões, comparado a R\$ 225,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 74,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento do patrimônio líquido da Companhia entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2021 ocorreu, principalmente, em função do IPO realizado em fevereiro de 2020, no qual a Companhia recebeu aporte de capital de R\$ 161 milhões, líquidos de taxas e comissões.

A Administração da Companhia acompanha constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros visando a manutenção de uma relação ótima que propicie maior retorno ao capital investido para os acionistas da Companhia, sem prejuízo de sua liquidez, buscando garantir a sustentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo.

Para mais informações sobre a evolução das contas de resultado da Companhia, vide item 10.1.h e **10.2** deste documento.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data de arquivamento deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. O passivo da Companhia é composto basicamente por fornecedores, obrigações sociais e tributárias, debêntures, financiamentos bancários, contas a pagar por aquisição de participação societária e provisões.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 105,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$ 138,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 32,7 milhões em 31 de dezembro de 2019.

O incremento observado entre 31 de dezembro de 2019 e 2020 é fruto do IPO, realizado em fevereiro de 2020. A redução entre 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi em função dos investimentos em equipamentos operacionais (acesso, pintura, isolamento e inspeção) e de recompra de ações.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

Até 2019, para financiar suas atividades e investimentos, a Companhia adotou como estratégia a utilização de capital de terceiros, onerosos ou não onerosos, incluso debêntures, além de aumento de capital. Como parte de nosso plano para reestruturação das dívidas bancárias do grupo, em 10

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais de maio concluímos processo de emissão de debêntures pela Priner Serviços. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo. Adicionalmente, a Controladora recebeu aporte de capital de R\$ 20 milhões em novembro de 2019.

> Em 2020, a Companhia adotou os recursos provenientes do IPO como a principal fonte para financiamento de suas atividades e investimentos para expansão, os quais compreendem aquisição de equipamentos e participações em outras empresas (M&As). No IPO, realizado em fevereiro de 2020, a Companhia recebeu aporte líquido de taxas e comissões no valor de R\$ 161 milhões.

> Em 2021, a Companhia utilizou recursos do caixa, oriundos do IPO, como principal fonte de financiamento para a forte expansão orgânica e investimentos em equipamentos realizados.

> A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2021	2020	2019		
Indicadores financeiros					
Dívida Líquida	(16.123)	(52.357)	50.628		
Patrimônio Líquido	229.080	225.586	74.609		
Alavancagem Financeira	(0,07)	(0,23)	0,68		

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes Potenciais para Cobertura de Deficiências de Liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa da operação, empréstimos bancários e recursos advindos do mercado de capitais. Os diretores entendem que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades de capital regulares e para expansão. previstos no Plano Estratégico da Companhia.

Níveis de endividamento e características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 64,5 milhões (R\$ 60,7 milhões e R\$ 95,2 milhões, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente).

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, incluindo o contas a pagar por aquisição societária (dívida de aquisição, fruto de spin-off), saldo de instrumentos derivativos financeiros, e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou um valor negativo de R\$ 16,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 (um valor negativo de R\$ 52,4 milhões e um valor positivo de R\$ 50,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente).

Nos termos do Instrumento Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição celebrado em 3 de maio de 2019, foram emitidas 67.500.000 (sessenta e sete milhões e quinhentas mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real) cada Debênture, no valor total de R\$ 67.500.000,00 (sessenta e sete milhões e quinhentos mil reais) ("Escritura de Emissão"), conforme detalhado na seção 18 do Formulário de Referência. As debêntures foram integralizadas à vista em 10 de maio de 2019, por meio de MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A -Brasil, Bolsa, Balcão - Segmento CETIP UTVM, em moeda corrente nacional. O objetivo das debêntures foi alongamento do perfil da dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%)¹	Conso	Consolidado – em R\$ mil		
		31 (de dezembro	de	
		2021	2020	2019	
Financiamento com Instituições Financeiras	CDI + 2,48% a.a. a CDI + 3,85% a.a.	29.407	1.398	9.987	
FINAME	5,5% a.a. a 6,42% a.a.	1.146	680	2.093	
Instrumento Derivativo Financeiro (Swap)		450	-	(132)	
Contas a pagar em Aquisição de Participação Acionária	95% a 100% do CDI	3.749	4.573	7.864	
Mútuo Pessoa Física	CDI + 5% a.a. a CDI + 6% a.a.	_	_	9.613	
Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	29.787	54.032	65.731	
Dívida Bruta		64.539	60.683	95.156	
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, mútuos a receber e depósito judicial					
 dívida de aquisição Smartcoat 		(80.662)	(113.040)	(44.528)	
Dívida Líquida		(16.123)	(52.357)	50.628	

¹ As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia e contas a pagar em aquisição de participação acionária por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial consolidado, considerando atualização prevista até o vencimento contratual, quando a Companhia realizará os respectivos pagamentos:

Consolidado

	Até um mês	Mais que um mês e menos de três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco Anos
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos bancários	(55)	(113)	(9.877)	(9.384)	(23.486)
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	-	-	(491)	-	-
Debêntures	(2.125)	(4.333)	(19.831)	(7.887)	-
Contas a pagar por aquisição societária	-	-	(1.112)	(3.382)	-
Total por período	(2.180)	(4.446)	(31.311)	(20.653)	(23.486)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos bancários da Companhia totalizaram R\$ 31,0 milhões para reforço de capital de giro e recomposição parcial das amortizações das debêntures.

Contas a pagar relativa à aquisição de participação societária

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo a pagar de R\$ 3,7 milhões. Deste montante R\$ 2,7 milhões é relativo à aquisição de participação acionária da Smartcoat, operação realizada em julho de 2017 e R\$ 1,0 milhões refere-se a aquisição de 100% da controlada Poliend, operação realizada em outubro de 2020.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha saldo em aberto de R\$ 21,4 milhões, relativo a financiamento para reforço de capital de giro e aquisição de equipamentos.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível ocorrerá observado o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto em referida lei; (v) créditos com privilégio geral conforme previsto em referida lei; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes nos últimos três exercícios sociais, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência entre as mesmas. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por meio de diversos instrumentos, incluindo alienação fiduciária de ativos nos contratos das operações de FINAME. Os empréstimos para capital de giro existentes em 31 de dezembro de 2021 tinham como garantia trava de domicílio bancário simples de contratos e trava bancária via Programa Progredir firmados entre a Companhia e alguns de seus clientes. Para maiores informações, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação das dívidas da companhia, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Escritura de Emissão prevê a manutenção de índices de endividamento, os quais serão acionados a partir do 1º trimestre de 2020, como segue:

Trimestral: (i) Dívida Bruta + Sellers Finance – Escrow ≤ R\$ 80 milhões;
 (ii) Caixa líquido consolidado ≥ a 1,2 x Dívida de Curto Prazo Consolidada;

Nota (i): "Dívida Bruta" significa a soma dos (i) empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos (1) os títulos descontados com regresso, (2) as fianças e avais prestados em benefício de terceiros, (3) os arrendamento mercantil / leasing financeiro, e (4) os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional; (ii) passivos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos, líquidos de ativos decorrentes de instrumentos financeiros derivativos; e (iii) contas a pagar em decorrência de aquisição de outras empresas (menos a conta reserva e escrow account). Exclui empréstimos de mútuo recebidos de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais controladores, investidores e executivos da empresa; "Sellers Finance" significa contas a pagar em decorrência da aquisição de outras empresas concedidos pelos vendedores;

> Nota (ii): "Dívida de Curto Prazo" significa a soma dos (i) financiamentos bancários de curto prazo; (ii) debêntures com vencimento no curto prazo; e (iii) swap passivos de curto prazo deduzidos dos swaps ativos de curto prazo.

Anual: Dívida Liquida/EBITDA \leq 2,5 em 2019 e \leq 2,0 de 2020 em diante.

Nota: "Dívida Líquida", para fins da Escritura de Emissão, significa valor da Dívida Bruta, menos a conta reserva ou escrow account. Exclui empréstimos de mútuo recebidos de controladores, investidores e executivos da empresa), menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras.

Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados g.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$ 31 milhões. Na ocasião, havia oferta de limites adicionais não utilizados em função da existência de posição financeira líquida positiva e dos níveis de geração de caixa real e previsto.

Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras h.

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Apresentação das principais contas das demonstrações de resultados da Companhia

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

PÁGINA: 37 de 91

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	2021		20	Variação 2021/2020			
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)		
Receita líquida de vendas e serviços	433.141	100,00%	242.213	100,00%	78,83%		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-362.687	-83,73%	-215.064	-88,79%	68,64%		
Lucro Bruto	70.454	16,27%	27.149	11,21%	159,51%		
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-49.962	-11,53%	-31.998	-13,21%	56,14%		
Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0,00%	217	0,09%	-100,00%		
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	20.492	4,73%	-4.632	-1,91%	542,40%		
Receitas financeiras	4.211	0,97%	4.900	2,02%	-14,06%		
Despesas financeiras	-8.524	-1,97%	-11.410	-4,71%	-25,29%		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.179	3,74%	-11.142	-4,60%	245,21%		
Imposto de renda e contribuição social correntes	-7.870	-1,82%	-5.390	-2,23%	46,01%		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.190	1,43%	13.436	5,55%	-53,93%		
Lucro líquido do exercício	14.499	3,35%	-3.096	-1,28%	568,31%		

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 433,1 milhões, equivalente a um aumento de 78,83% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O ano de 2021 foi marcado por forte crescimento no volume de atividades e margens, tendo como principais vetores a redução dos impactos operacionais da pandemia Covid-19 e o aproveitamento das sinergias comerciais entre as empresas do Grupo Priner. A adoção do modelo de multisserviços, com oferta combinada de serviços customizados para nossos clientes, constituiu-se fator determinante para a aceleração das sinergias comerciais, com resultados superiores às nossas expectativas iniciais.

A RL per capita apresentou crescimento de 32,8% (R\$ 12,4 mil vs R\$ 9,3 mil). Essa recuperação possui três principais motivos: (i) redução das medidas de restrição à circulação, fruto da pandemia, (ii) melhoria de performance em todas as empresas do Grupo Priner, em função de investimentos realizados e novos contratos conquistados e (iii) alteração no mix de serviços, com aumento de representatividade de receitas com atividades mais rentáveis (pintura, isolamento térmico e inspeções). Além do crescimento da RL absoluta e per capita, é importando observar que houve maior diversificação dos segmentos atendidos, o que reduz riscos relacionados a concentração.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais
O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 362,7 milhões, equivalente a um aumento de 68,64% em relação ao mesmo período de 2020.

> O CPV per capita apresentou acréscimo de 25,5%, inferior ao crescimento da Receita Líquida per capita (32,8%), gerando crescimento da margem bruta.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$ 70,5 milhões, o que equivale a um aumento de 159,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Apesar dos impactos ainda sofridos em 2021, consequência da pandemia, nossas margens brutas foram de 16,3%, o que representa crescimento de 5,1 pp em relação ao ano anterior. Acreditamos que o continuado avanço da vacinação contribuirá para a remoção das medidas relacionadas às restrições de circulação e suas consequências fato benéfico para as margens. o quarto trimestre de 2021 foi marcado por relevante alteração nos contratos prestados, com início de três novas operações e processo de desmobilização de outras duas.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais foram de R\$ 50,0 milhões, o que representa crescimento 57,2% em relação ao ano anterior. Elas representaram 11,5% da Receita Líquida em 2021, uma redução de 1,6 p.p. em relação ao ano anterior, quando foram de 13,1%.

O incremento das despesas operacionais foi ocasionado por medidas visando apoiar e acelerar nosso crescimento, além de outras, fruto do crescimento já ocorrido: (i) criação de duas novas diretorias - Gente e Gestão, visando aprimorar nossas práticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, além de ações sustentáveis ("ESG") e Infraestrutura, a fim de liderar nossa expansão neste segmento, organicamente e através de Fusões & Aquisições, (ii) reforço de nossa estrutura em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais para áreas de negócios e apoio estratégico, com criação do departamento de Controles Internos; (iii) consolidação dos resultados da Poliend, empresa adquirida em outubro de 2020; (iv) depreciação, fruto de investimentos e (v) atividades diversas, tais como incremento dos treinamentos, realização do Priner Day e ações de marketing.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Não houve resultado de equivalência patrimonial no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um resultado positivo de R\$ 0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, devido a controlada R&R passar a ser consolidada linha a linha no resultado da Companhia a partir do 2º trimestre de 2020.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos em 2021 foram de R\$ 4,3 milhões (despesas), o que representa redução de 33,7% em relação ao ano anterior. Essa variação tem como principal motivo o aumento na taxa de juros, aliada ao fato da Companhia possuir posição financeira líquida positiva.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 46,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função do forte crescimento no volume e resultados. .

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 53,9% no exercício social

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais encerrado em 31 de dezembro de 2021, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

> Essa variação é fruto da melhora no resultado da Companhia, início da compensação de prejuízos fiscais acumulados limitados a 30% do lucro real e aproveitamento de benefício fiscal pela Lei do Bem (Lei 11.196/2005).

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 atingiram lucro líquido de R\$ 14,5 milhões, comparativamente ao prejuízo de R\$ 3,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O principal motivo para a melhora do resultado de 2021 foi a forte retomada do volume de operações e margens, apesar de intercorrências ainda remanescentes da pandemia.

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

T / •			-	1			
HVereicio	COCIOL	encerrado	em 4		0 0	ezem hra	d o
L'ACI CICIO	Sociai	ciicciiauo	CIII J	, I U	ıc u	CLCIIIDIO	uc

	2020		20	Variação 2020/2019	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida de vendas e serviços	242.213	100,00%	348.612	100,00%	-30,52%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-215.064	-88,79%	-299.585	-85,94%	-28,21%
Lucro Bruto	27.149	11,21%	49.027	14,06%	-44,62%
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-31.998	-13,21%	-42.064	-12,07%	-23,93%
Resultado de Equivalência Patrimonial	217	0,09%	797	0,23%	-72,77%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	-4.632	-1,91%	7.760	2,23%	-159,69%
Receitas financeiras	4.900	2,02%	4.465	1,28%	9,74%
Despesas financeiras	-11.410	-4,71%	-18.050	-5,18%	-36,79%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-11.142	-4,60%	-5.825	-1,67%	-91,28%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-5.390	-2,23%	-6.207	-1,78%	-13,16%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.436	5,55%	1.234	0,35%	988,82%
Lucro líquido do exercício	-3.096	-1,28%	-10.798	-3,10%	71,33%

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 242,2 milhões, equivalente a uma redução de 30,52% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Apesar desta redução, causada pela pandemia mundial Coronavírus (Covid-19), o quarto trimestre foi o segundo trimestre consecutivo a apresentar sólido incremento no volume das operações, confirmando o movimento de recuperação em "V" de nossas receitas, iniciado em junho de 2020. Essa recuperação foi fruto da redução nas restrições de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais acesso aos complexos industriais e plataformas offshore, da confirmação da manutenção de 100% dos contratos conquistados no período pré-pandemia e do aumento no ritmo de prospecção de novos contratos e segmentos.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 215,1 milhões, equivalente a uma redução de 28,21% em relação ao mesmo período de 2019. A principal causa dessa redução foi a pandemia mundial Corona Vírus (Covid 19). Apesar de nenhum projeto ter sido cancelado (inexistência de perda de backlog), muitos clientes postergaram ou reduziram as atividades de manutenção em curso, o que forçou a Companhia a adequar seu headcount e ocorrência de gastos extraordinários com demissões. O downsizing realizado no segundo trimestre de 2020, fruto da pandemia, gerou impacto adicional de R\$ 8,5 milhões nos custos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 atingiu R\$ 27,1 milhões, o que equivale a uma redução de 44,62% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 fruto da pandemia mundial Corona Vírus (Covid 19). Esses resultados foram impactados pela pandemia, especificamente pela redução no ritmo de execução de diversos contratos e pelos gastos relativos ao downsizing realizado no 2T20 (custos de R\$ 8,5 milhões);

No 4T20, a Companhia registrou Lucro Bruto de R\$ 12,5 milhões, ligeiramente superior a média trimestral de 2019. A margem bruta foi de 18,4%, superior ao 3T20 (17,2%) e superior às margens apresentadas em períodos pré-pandemia: 13,2% no 1T20 e 14,1% em 2019.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 32,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que equivale a uma redução de 23,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O ano de 2020 contou com eventos não recorrentes e sem relação com a pandemia: avaliação a valor justo de opções de compra e venda de adquiridas (ganho de R\$ 7,8 milhões), plano de opções (despesa de R\$ 5,8 milhões) e ajuste em preço de aquisição de investimento (ganho de R\$ 0,7 milhão). Além desses itens, houve despesas adicionais referentes ao downsizing, fruto da pandemia, no montante de R\$ 1,6 milhão.

A fim de otimizar o processo de integração das futuras operações de M&A e incrementar a produtividade das atividades de backoffice, demos início a uma série de projetos em 2020 para automação e simplificação de processos administrativos. Além disso, reforçamos nossa estrutura em algumas posições chave, através da contratação de novos profissionais.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$ 0,2 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um resultado positivo de R\$ 0,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, teve como causa o resultado da controlada (R&R) no 1º trimestre, registrado pelo método de equivalência patrimonial e os ajustes de lucros não realizados intercompanhia. A partir do 2º trimestre de 2020 a controlada R&R passou a ser consolidada linha a linha no resultado da Companhia.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 6,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparativamente a despesa líquida de R\$ 13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa melhoria teve como principal causa o IPO.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes reduziu 13,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em função da redução dos resultados operacionais, devido a pandemia mundial Coronavirus (Covid-19).

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos aumentou 988,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Essa variação é fruto da Companhia ter voltado a reconhecer créditos de IR/CSSL diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existentes, fato registrado no 4T20. Em função da melhoria nos resultados apresentados após o 2T20, período fortemente impactado pela pandemia, a Administração revisou as projeções de resultados e concluiu pela recuperabilidade de prejuízos fiscais.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 atingiram prejuízo líquido de R\$ 3,1 milhões, comparativamente ao prejuízo de R\$ 10,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O principal motivo para a melhora do resultado de 2020, ano atípico devido a pandemia mundial, foi o reconhecimento do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal devido a expectativa de lucros tributários futuros.

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Exercício social encerrado em 31 de dezembr

	20	19	20	18	Variação 2019/2018
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Receita líquida de vendas e serviços	348.612	100,00%	327.237	100,00%	6,53%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-299.585	-85,94%	-282.214	-86,24%	6,16%
Lucro Bruto	49.027	14,06%	45.023	13,76%	8,89%
Despesas operacionais, administrativas e gerais	-42.064	-12,07%	-30.375	-9,28%	38,48%
Resultado de Equivalência Patrimonial	797	0,23%	448	0,14%	77,90%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	7.760	2,23%	15.096	4,61%	-48,60%
Receitas financeiras	4.465	1,28%	6.331	1,93%	-29,47%
Despesas financeiras	-18.050	-5,18%	-15.462	-4,73%	16,74%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-5.825	-1,67%	5.965	1,82%	-197,65%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-6.207	-1,78%	-4.613	-1,41%	34,55%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.234	0,35%	3.788	1,16%	-67,42%
Lucro líquido do exercício	-10.798	-3,10%	5.140	1,57%	-310,08%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 348,6 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 21,4 milhões (6,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento das receitas foi causado, principalmente, por forte aumento nas receitas de locação (34%), fruto de aumento da demanda.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 299,6 milhões, equivalente a um incremento de R\$ 17,4 milhões (6,2%) em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento dos custos foi causado, principalmente, por dissídio salarial e reajustes inflacionários em insumos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiu R\$ 49 milhões, o que equivale a um incremento de R\$ 4 milhões (8,9%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento do lucro bruto foi causado pelo aumento da representatividade das receitas com locação em nosso mix de receitas.

Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais

As despesas operacionais, administrativas e gerais foram de R\$ 42,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que equivale a um incremento de R\$ 11,7 milhões (38,5%) em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Excluindo-se itens atípicos em 2018, que totalizam R\$ 12,2 milhões e se referem a avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, ajuste em valor de preço de aquisição da Smartcoat, créditos previdenciários e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o incremento observado, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi causado, basicamente, por inflação (dissídio salarial e reajustes em insumos).

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado positivo de equivalência patrimonial de R\$ 0,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um resultado positivo de R\$ 0,4 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, teve como causa o resultado da controlada (R&R), registrado pelo método de equivalência patrimonial e os ajustes de lucros não realizados intercompanhia.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos, compostos pelas receitas financeiras e despesas financeiras, obtiveram valor negativo de R\$ 13,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparativamente a despesa líquida de R\$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, por três fatores: aumento da dívida líquida da controlada Smartcoat, aumento nas operações de desconto de duplicatas (antecipação de recebíveis) e risco sacado, além da adoção do CPC 06 (arrendamento mercantil).

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 34,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em função do resultado positivo da controlada Priner Locação, fruto do incremento das receitas de locação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu 67,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais de 2018, basicamente, em função da apuração de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro do exercício de 2019 e parte de 2018 que deixou de ter seu ativo diferido reconhecido na controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos. O montante estornado em 2019 referente a 2018 equivale a R\$ 2,3 milhões.

Lucro Líquido do Exercício

Os resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 atingiram prejuízo líquido de R\$ 10,8 milhões, comparativamente ao lucro de R\$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos para o incremento do prejuízo líquido em 2019 comparável com o mesmo período de 2018 foram o incremento no lucro bruto (R\$ 4 milhões) compensado, negativamente, pela variação de itens atípicos que tiveram forte influência nos resultados de 2018, a saber: avaliação a valor justo das opções de compra e venda das empresas investidas, créditos previdenciários, reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa e reversão do ativo diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido mencionada no item acima.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de							
Balanços patrimoniais	2021	Análise Vertical	2020	Análise Vertical	Variação 2021x2020			
	(R\$ mil)	(%)1	(R\$ mil)	(%)1	(%) ²			
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	66.038	31,13%	52.035	25,40%	26,91%			
Títulos e valores mobiliários	10.611	5,00%	57.794	28,21%	-81,64%			
Depósitos bancários vinculados	-	0,00%	593	0,29%	-100,00%			
Contas a receber	108.811	51,30%	63.078	30,79%	72,50%			
Estoques	3.628	1,71%	1.282	0,63%	183,00%			
Créditos com funcionários	2.299	1,08%	1.248	0,61%	84,21%			
Tributos a recuperar	12.693	5,98%	22.788	11,12%	-44,30%			
Despesas Antecipadas	7.174	3,38%	5.485	2,68%	30,79%			
Outros Ativos	850	0,40%	544	0,27%	56,25%			
Total do ativo circulante	212.104	100,00%	204.847	100,00%	3,54%			
Ativo Não circulante								
Títulos e valores mobiliários Notas promissórias e confissão de	1.317	0,81%	-	0,00%	100%			
dívida a receber	4.251	2,62%	4.251	3,23%	0,00%			
Créditos com funcionários	154	0,09%	171	0,13%	-9,94%			
Outros Créditos	2.656	1,64%	2.656	2,02%	0,00%			
Outros ativos não circulantes	52	0,03%	52	0,04%	0,00%			
Tributos a recuperar	854	0,53%	854	0,65%	0,00%			
Tributos diferidos	41.378	25,50%	34.592	26,25%	19,62%			

Total do ativo	374.377	336.630		11,21%	
Total do Ativo Não Circulante	162.273	100,00%	131.783	100,00%	23,14%
Intangível	8.055	4,96%	9.888	7,50%	-18,54%
Imobilizado	99.594	61,37%	75.485	57,28%	31,94%
Depósitos judiciais	3.962	2,44%	3.834	2,91%	3,34%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
Balanços patrimoniais	2021	Análise Vertical	2020	Análise Vertical (%)1 17,23% 1,39% 0,00% 36,65% 3,13% 26,69% 2,13% 4,36% 0,00% 1,65% 6,39% 0,38% 100,00% 2,59% 66,66% 13,38% 7,82% 9,21% 0,34%	Variação 2020x2019		
	(R\$ mil)	(%)1	(R\$ mil)	(%)1	$(\%)^2$		
Passivo Circulante							
Fornecedores	17.250	16,22%	11.478	17,23%	50,29%		
Empréstimos e Financiamentos Instrumentos Derivativos Financeiros	9.159	8,61%	929	,	885,90%		
(Swap)	450	0,42%	0	, and the second	100%		
Debentures não conversíveis em ações Arrendamento a pagar - direito de uso	23.705	22,29%	24.410	,	-2,89%		
(CPC 06 - R2)	2.343	2,20%	2.085	ŕ	12,37%		
Salários e encargos sociais	32.982	31,01%	17.778	, ,	85,52%		
Imposto de renda e contribuição social	1.850	1,74%	1.417	, ,	30,56%		
Tributos a pagar Juros sobre capital próprio e dividendos	2.730	2,57%	2.904	,	-5,99%		
a pagar	3.443	3,24%	0	,	100%		
Contas a pagar por aquisição societária	1.017	0,96%	1.097	, ,	-7,29%		
Provisões	9.773	9,19%	4.255		129,68%		
Outros passivos	1.659	1,56%	255	0,38%	550,59%		
Total do passivo circulante	106.361	100,00%	66.608	100,00%	59,68%		
Passivo Não Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	21.394	54,95%	1.149	2,59%	1761,97%		
Debentures não conversíveis em ações Arrendamento a pagar - direito de uso	6.082	15,62%	29.622	,	-79,47%		
(CPC 06 - R2)	4.371	11,23%	5.944		-26,46%		
Contas a pagar por aquisição societária	2.732	7,02%	3.476	7,82%	-21,40%		
Provisão para riscos	4.273	10,97%	4.093	9,21%	4,40%		
Outros passivos não circulantes	84	0,22%	152	0,34%	-44,74%		
Total do passivo não circulante	38.936	100,00%	44.436	100,00%	-12,38%		
Patrimônio líquido	•						
Capital social	233.451	101,91%	233.146	103,31%	0,13%		
Reservas de capital	8.104	3,54%	8.104	3,59%	0,00%		

⁽¹⁾ Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante. ⁽²⁾ Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

(-) Ações em tesouraria	-6.581	-2,87%	0	0,00%	100%
Reserva de lucros	7.452	3,25%	0	0,00%	100%
Ajuste de avaliação patrimonial	-12.090	-5,28%	-12.090	-5,36%	0,00%
Outros resultados abrangentes	-1.256	-0,55%	0	0,00%	100%
Prejuízos acumulados	0	0,00%	-3.473	-1,54%	-100,00%
Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora	229.080	100,00%	225.687	100,00%	1,50%
Participações não controladores	0	0,00%	-101	100,00%	-100,00%
Total do passivo e do patrimônio líquido	374.377		336.630		11,21%

⁽¹⁾ Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 76,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma redução de 30,21% em relação a 31 de dezembro de 2020, quando foi de R\$ 109,8 milhões. Essa redução foi em função da aprovação do Plano de Recompra de ações em que investimos 6,6 milhões na aquisição de ações próprias e investimentos de capital.

Depósitos bancários vinculados

O saldo de depósitos bancários vinculados foi totalmente liberado para a Companhia em 2021 devido a amortização dos empréstimos para capital de giro remanescentes.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 72,50%, passando de R\$ 63,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 108,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. O incremento foi causado pela forte retomada do volume de operações, acima da expectativa da Administração, apesar de intercorrências ainda remanescentes da pandemia e o aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 183%, passando de R\$ 1,3 milhão em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. A maioria dos itens de estoques em 31 de dezembro de 2021 referiam-se a matéria-prima adquirida pela controlada R&R e materiais adquiridos pela controladora Priner Serviços da controlada R&R que serão vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2022.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou aumento de 84,21%, passando de R\$ 1,2 milhão

⁽²⁾Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento na quantidade de funcionários, fruto do aumento no volume das operações.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou redução de 44,3%, passando de R\$ 22,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 12,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução foi causada, principalmente, pela utilização dos créditos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores através de pedidos de compensação.

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas apresentou aumento de 30,8%, passando de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento refere-se, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipadas até o início das atividades dos referidos contratos. Esse incremento foi ocasionado, principalmente, pelo aumento no volume de operações.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou aumento de 56,25%, passando de R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2021. Este incremento foi causado, principalmente, pelo aumento de adiantamentos a fornecedores.

Ativo não circulante

Títulos e valores mobiliários

O saldo se refere a debêntures recebidas pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Notas promissórias e confissão de dívida a receber

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários em 31 de dezembro de 2021 refere-se, principalmente, a adiantamentos concedidos a funcionários.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2020, mantendo o saldo de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado por meio de compensação de dividendos ou juros sobre o capital próprio e que, na hipótese dos devedores deixarem de ser acionistas, antes do pagamento integral da dívida, será concedido automáticamente remissão total da dívida. Posteriomente, em dezembro de 2020, através de aditivo ao Instrumento de Confissão de Dívida, foi acordado com um dos devedores que a remissão total da dívida esteja condicionada à melhoria dos resultados da Smartcoat, concordando na possibilidade de se realizar uma compensação da dívida com uma eventual remuneração de sucesso a ser devida por este devedor, no caso da Companhia atingir EBITDA de, no mínimo, R\$ 7 milhões no exercício de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Em dezembro de 2021, através do segundo aditivo ao Instrumento de Confissão de Dívida, foi acordado com um dos devedores a possibilidade de se realizar uma compensação da dívida com uma eventual remuneração de sucesso a ser devida por este devedor, no caso da controlada Smartcoat atingir EBITDA de, no mínimo, R\$ 11 milhões no exercício de 2022.

Outros ativos não circulantes

O saldo de outros ativos não circulantes refere-se a adiantamento a fornecedor concedido pela controlada R&R.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar não houve variação em 31 de dezembro de 2021 comparativamente ao exercício anterior, apresentando saldo de R\$ 0,8 milhão. O valor refere-se principalmente a crédito de INSS retido a maior por diversos clientes.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 19,62%, passando de R\$ 34,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 41,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pelo reconhecimento do ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existente. Isso ocorreu como consequência da melhoria nos resultados apresentados em 2021, o que levou a Administração a revisar as projeções de resultados, concluindo pela integral recuperabilidade do saldo de prejuízos fiscais existente.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 3,34%, passando de R\$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 4,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Este saldo é composto por depósitos judiciais de natureza trabalhista e pagamento, em juízo, da dívida de aquisição pela participação de 75% da controlada Smartcoat (R\$ 2,6 milhões) que vem sendo atualizado monetariamente.

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 26,1%, passando de R\$ 85,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 107,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos adquiridos para atender a demanda, substituir equipamentos locados de terceiros e automatizar processos operacionais.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou aumento de 50,3%, passando de R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 17,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Este aumento referese principalmente a forte recuperação no volume de operações da Companhia. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou aumento de 885,90%, passando de R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 9,2 milhões em 31 de dezembro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais de 2021. O aumento foi causado pela captáção de empréstimos para recomposição parcial das amortizações de debêntures e investimentos em equipamentos.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber ou a pagar) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação passiva, em 31 de dezembro de 2021 no montante de 0,4 milhão. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em curto prazo apresentou redução de 2,89%, passando de R\$ 24,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução refere-se a amortização do saldo da dívida, conforme prazo de vencimento.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em curto prazo apresentou aumento de 12,37% passando de R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 - R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou aumento de 85,52%, passando de R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 33,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo aumento do número de colaboradores na Companhia. Encerramos o ano de 2021 com 3.200 colaboradores (vs 2.193 ao final de 2020) e 750 vagas em aberto, com previsão de preenchimento ao longo do primeiro trimestre de 2022.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 refere-se a valores a pagar das Controladas Priner Locação, R&R e Poliend, tributadas pelo lucro presumido, apurado no 4º trimestre de 2021.

Tributos a pagar

Do saldo de tributos a pagar de R\$ 2,7 milhões, em 31 de dezembro de 2021, 88% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar de R\$ 3,4 milhões, em 31 de dezembro de 2021, corresponde aos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 23 de dezembro de 2021 e dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2021.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 1,0 milhão, em 31 de dezembro de 2021, representa a obrigação pela aquisição da controlada Poliend, que será liquidada no próximo exercício social.

Provisões

O saldo de provisões apresentou aumento de 129,7%, passando de R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 9,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento foi causado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais pela provisão para desmobilização de contratos. Esta provisão refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo estimado para encerramento dos contratos.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 550,6%, passando de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento foi causado, principalmente, por adiantamentos de clientes e faturamento antecipado.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou aumento de 1762%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 21,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. O aumento foi causado pela captação de empréstimos para recomposição parcial das amortizações de debêntures e investimentos em equipamentos.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em longo prazo apresentou redução de 79,5%, passando de R\$ 29,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para 6,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução foi causada pela transferência da dívida de longo prazo para curto prazo e quitação das parcelas, conforme prazo de vencimento.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em longo prazo apresentou redução de 26,5% passando de R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. A redução refere-se a transferência de saldo para o curto prazo, conforme prazo de vencimento dos contratos.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2,7 milhões representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat. A companhia obteve autorização para depositar em juízo o valor devido aos acionistas minoritários da Smartcoat, na data do vencimento.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 4,4%, passando de R\$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Do saldo de R\$ 4,3 milhões, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3,9 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos. O saldo restante (R\$ 0,3 milhão) refere-se a passivos contingentes, identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 - combinação de negócios.

Outros passivos não circulantes

O saldo de outros passivos no valor de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2021 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista.

Patrimônio líquido

O capital social da Companhia apresentou incremento de 0,1%, passando de R\$ 233,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 233,4 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento decorreu de subscrição de ações referentes a emissão privada no âmbito do Plano de Opção de Compra de ações.

Reserva de Capital

Não houve variação no saldo de reserva de capital em 31 de dezembro de 2021. O saldo refere-se ao plano de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou, em 26 de maio de 2021, a aplicação de lucros e/ou reservas disponíveis para efetivar um programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra de Ações") de acordo com os seguintes termos e condições, observados o estatuto social da Companhia, a Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015 ("ICVM 567/15") e a Lei das S.A.

A quantidade de ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra foi limitado a 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representativas de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) do total de Ações em Circulação no mercado. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.581.

Ajuste de avaliação patrimonial

Não houve variação deste saldo em 31 de dezembro de 2021. O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao exercício de opção de compra de 8,33% da controlada Smartcoat adquirido em 20 de agosto de 2020 e 49% de participação da controlada R&R adquirido em 29 de setembro de 2020.

Outros resultados abrangentes

O saldo em 31 de dezembro de 2021, refere-se à alteração de participação dos acionistas não controladores da controlada Smartcoat devido ao aumento de capital realizado pela Companhia mediante a capitalização do crédito de mútuo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária datada em 03 de setembro de 2021. Desta forma, a Companhia passou a deter o percentual de participação de 99,99% sobre as ações da controlada Smartcoat.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	<u>F</u>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de						
Balanços patrimoniais	2020	Análise Vertical	2019	Análise Vertical	Variação 2020x2019			
	(R\$ mil)	(%)1	(R\$ mil)	(%)1	$(\%)^2$			

Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	52.035	25,40%	34.157	26,71%	52,34%
Títulos e valores mobiliários	57.794	28,21%	3.616	2,83%	1498,29%
Depósitos bancários vinculados	593	0,29%	6.755	5,28%	-91,22%
Contas a receber	63.078	30,79%	52.607	41,14%	19,90%
Estoques	1.282	0,63%	692	0,54%	85,26%
Créditos com funcionários	1.248	0,61%	1.090	0,85%	14,50%
Tributos a recuperar	22.788	11,12%	25.022	19,57%	-8,93%
Despesas Antecipadas Instrumento Derivativo	5.485	2,68%	3.043	2,38%	80,25%
Financeiro - swap	-	0,00%	132	0,10%	-100,00%
Outros Ativos	544	0,27%	748	0,59%	-27,27%
Total do ativo circulante	204.847	100,00%	127.862	100,00%	60,21%
Não circulante					
Notas promissórias e confissões					
de dívidas a receber	4.251	3,22%	997	0,89%	326,38%
Créditos com funcionários	171	0,13%	-	0,00%	100,00%
Outros Créditos a receber	2.656	2,02%	2.656	2,38%	0,00%
Outros ativos não circulantes	52	0,04%	-	0,00%	100,00%
Instrumentos financeiros		0.000/	4.455	2.000/	100.000/
derivativos	-	0,00%	4.455	3,99%	-100,00%
Tributos a recuperar	854	0,65%	1.149	1,03%	-25,67%
Tributos diferidos	34.592	26,25%	18.047	16,16%	91,68%
Depósitos judiciais	3.834	2,91%	1.067	0,96%	259,33%
Investimentos	-	0,00%	1.728	1,55%	-100,00%
Imobilizado	75.485	57,28%	77.024	68,97%	-2,00%
Intangível	9.888	7,50%	4.556	4,08%	117,03%
Total do Ativo Não Circulante	131.783	100,00%	111.679	100,00%	18,00%
Total do ativo	336.630		239.541		40,53%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

_	Exercicio sociai encerrado em 31 de dezembro de							
Balanços patrimoniais	2020	Análise Vertical	2019	Análise Vertical	Variação 2020x2019			
	(R\$ mil)	(%)1	(R\$ mil)	(%)1	$(\%)^2$			
Passivo	(214 1111)	(,,,	(114 1111)	(/0)	(,,,)			
Circulante								
Fornecedores	11.478	17,23%	9.419	9,90%	21,86%			
Fornecedores - partes relacionadas	-	0,00%	342	0,36%	-100,00%			
Operação de risco sacado	_	0,00%	5.347	5,62%	-100,00%			
Empréstimos e Financiamentos	929	1,39%	8.854	9,30%	-89,51%			
Debentures não conversiveis em ações	24.410	36,65%	11.513	12,10%	112,02%			
Arrendamento a pagar - direito de uso	24.410	30,0370	11.515	12,1070	112,0270			
(CPC 06 - R2)	2.085	3,13%	1.601	1,68%	30,23%			
Salários e encargos sociais	17.778	26,69%	24.967	26,23%	-28,79%			
Imposto de renda e contribuição social	1.417	2,13%	1.667	1,75%	-15,00%			
Tributos a pagar	2.904	4,36%	2.948	3,10%	-1,49%			
Juros sobre capital próprio e dividendos a	2. 50.	1,5070	2.,	2,1070	1,.,,,			
pagar	-	0,00%	1.808	1,90%	-100,00%			
Contas a pagar por aquisição societária	1.097	1,65%	7.864	8,26%	-86,05%			
Mútuo a pagar – membros da administração	-	0,00%	9.613	10,10%	-100,00%			
Provisões	4.255	6,39%	7.229	7,60%	-41,14%			
Outros passivos	255	0,38%	2.008	2,11%	-87,30%			
Total do passivo circulante	66.608	100,00%	95.180	100,00%	-30,02%			
Não Circulante								
Fornecedores	-	0,00%	144	0,21%	-100,00%			
Empréstimos e Financiamentos	1.149	2,59%	3.226	4,62%	-64,38%			
Debentures não conversiveis em ações	29.622	66,66%	54.218	77,73%	-45,37%			
Arrendamento a pagar - direito de uso								
(CPC 06 - R2)	5.944	13,38%	6.618	9,49%	-10,18%			
Contas a pagar por aquisição societária	3.476	7,82%	-	0,00%	100,00%			
Instrumento derivativo financeiro	-	0,00%	69	0,10%	-100,00%			
Provisão para riscos	4.093	9,21%	5.258	7,54%	-22,16%			
Outros passivos não circulantes	152	0,34%	219	0,31%	-30,59%			
Total do passivo não circulante	44.436	100,00%	69.752	100,00%	-36,29%			
Patrimônio líquido	•							
Capital social	233.146	103,31%	73.367	98,71%	217,78%			
Reservas de capital	8.104	3,59%	2.298	3,09%	252,65%			
Ajuste de avaliação patrimonial	-12.090	-5,36%	-	0,00%	100,00%			
Prejuízos acumulados	-3.473	-1,54%	-1.337	-1,80%	159,76%			
Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora	225.687	100,00%	74.328	100,00%	203,64%			
Participações não controladores	-101	100,00%	281	100,00%	-135,94%			
Total do passivo e do patrimônio líquido	336.630		239.541		40,53%			

⁽¹⁾ Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante. ⁽²⁾Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 109,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 190,76% em relação a 31 de dezembro de 2019, quando foi de R\$ 37,8 milhões. Esse aumento foi causado pelo aporte decorrente do IPO ocorrido em fevereiro de 2020. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referemse aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Depósitos bancários vinculados

O saldo de depósitos bancários vinculados atingiu R\$ 0,6 milhão em 31 de dezembro de 2020. Esse saldo é fruto de valores recebido das debêntures que não foram utilizados imediatamente para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos para capital de giro, visto alguns desses empréstimos possuírem multa para quitação antecipada. Os valores depositados em conta vinculada são liberados para a Companhia na medida em que os empréstimos para capital de giro remanescentes são amortizados.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou um aumento de 19,90%, passando de R\$ 52,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 63,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. O incremento foi causado pelo aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 85,3%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1,3 milhão em 31 de dezembro de 2020. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo. A maioria dos itens de estoques em 31 de dezembro de 2020 referiam-se a materiais adquiridos da controlada R&R que serão vendidos a clientes da controladora no exercício social de 2021.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou aumento de 14,5%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1,2 milhão em 31 de dezembro de 2020. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo aumento de adiantamentos concedidos a funcionários.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou redução de 8,9%, passando de R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 22,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causada, principalmente, pela utilização dos creditos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores através de pedidos de compensação.

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas apresentou aumento de 80,3%, passando de R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Elas se referem, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipadas até o início das atividades dos referidos contratos.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber) entre

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2019. A redução de 100% do saldo entre 31 de dezembro de 2020 e 2019 refere-se a liquidação de empréstimos contratados nesta modalidade no exercício de 2020. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 27,3%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 0,5 milhão em 31 de dezembro de 2020. Esta redução foi causada, principalmente, pela diminuição de adiantamentos a fornecedores.

Ativo não circulante

Notas promissórias e confissao de dívida a receber

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários em 31 de dezembro de 2020 refere-se, principalmente, pelo aumento de adiantamentos concedidos a funcionários.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2019, mantendo o saldo de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado por meio de compensação de dividendos ou juros sobre o capital próprio e que, na hipótese dos devedores deixarem de ser acionistas, antes do pagamento integral da dívida, será concedido automáticamente remissão total da dívida. Posteriomente, em dezembro de 2020, através de aditivo ao Instrumento de Confissão de Dívida, foi acordado com um dos devedores que a remissão total da dívida esteja condicionado à melhoria dos resultados da Smartcoat, concordando na possibilidade de se realizar uma compensação da dívida com uma eventual remuneração de sucesso a ser devida por este devedor, no caso da Companhia atingir EBITDA de, no mínimo, R\$ 7 milhões no exercício de 2021.

Outros ativos nao circulantes

O saldo de outros ativos nao circulante refere-se a adiantamento a fornecedor concedido pela controlada R&R.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 4,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (call) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Em 2020, a Companhia adquiriu os 49% restantes da controlada R&R e uma participação adicional de 8,33% da controlada Smartcoat. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se tao somente a participação restante da controlada Smartcoat.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou redução de 25,7% passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2020. Essa redução refere-se a principalmente a baixa de saldos prescritos de ICMS, Pis e Cofins.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 91,7%, passando de R\$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 34,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pela reconhecimento do ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existente. Isso ocorreu como consequência da melhoria nos resultados apresentados após do 2T20, período fortemente impactado pela pandemia, o que levou a Administração a revisar as projeções de resultados, concluindo pela recuperabilidade do saldo de prejuízos fiscais existente.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 259,3%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. O incremento no saldo foi ocasionado pelo pagamento, em juízo, da dívida de aquisição pela participação de 75% da controlada Smartcoat (R\$ 2,6 milhões). O saldo existente em 2019 é composto por depósitos judiciais em função de processos trabalhistas.

Investimento

Não há saldo de investimento em 31 de dezembro de 2020, pois a partir do 2º trimestre de 2020 todas as controladas passaram a ser consolidadas linha a linha nas demonstrações da Companhia.

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 4,6%, passando de R\$ 81,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 85,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos adquiridos para atender a demanda, substituir equipamentos locados de terceiros e automatizar processos operacionais.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou aumento de 21,9%, passando de R\$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento refere-se principalmente a gradual recuperação no volume de operações da Companhia, observado a partir de junho de 2020. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI´s, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 0,3 milhão, em 31 de dezembro de 2019, referese a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de material de isolamento térmico para consumo e aplicação nos serviços prestados a determinados clientes. Em 2020, as operações com a controlada R&R passaram a ser consolidadas linha a linha no balanço da Companhia.

Operações de risco sacado

O saldo em operações de risco sacado foi totalmente quitado em 2020. Refere-se à contratos firmados com fundos de investimentos, onde os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos, que por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 89,5%, passando de R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 0,9 milhão em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causada pela quitação dos emprestimos em seu vencimento, usando recursos provenientes das debêntures. Não houve necessidade de captação de novos empréstimos e financiamenteo, em função do ingresso de capital, fruto do IPO ocorrido em 2020.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em curto prazo apresentou aumento de 112,0%, passando de R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para 24,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi causado pela transferencia da divida de longo prazo para curto prazo, conforme prazo de vencimento.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em curto prazo apresentou aumento de 30,2% passando de R\$ 1,6 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 2,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento refere-se a inclusao de novos contratos nas controladas sujeitos ao CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou redução de 28,8%, passando de R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causada, principalmente, pela redução de numero de colaboradores na Companhia em meio a pandemia do Corona Virus. Com a gradual recuperação no volume de operações da Companhia, observado a partir de junho de 2020, além do aumento no quadro de colaboradores ao longo de 2020, houve incremento substancial na quantidade de vagas em aberto no final do ano (647 vagas), as quais devem ser preenchidas no 1º trimestre de 2021.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,4 milhão em 31 de dezembro de 2020 refere-se a valores a pagar das Controladas Priner Locação, R&R e Poliend, tributados pelo lucro presumido, apurado no 4º trimestre de 2020.

Tributos a pagar

Do saldo de tributos a pagar de R\$ 2,9 milhões, em 31 de dezembro de 2020, 93% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar de R\$ 1,8 milhão, em 31 de dezembro de 2019, corresponde ao saldo a pagar (aproximadamente 50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017 e dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018. Todo o saldo foi quitado ao longo do exercício de 2020.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 1,1 milhão, em 31 de dezembro de 2020, representa a obrigação pela aquisição da controlada Poliend, que será liquidada no próximo exercício social

Mútuo a pagar – membros da administração

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais O saldo de mútuo consolidado a pagar foi totalmente quitado em 2020.

Provisões

O saldo de provisões apresentou redução de 41,1%, passando de R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causada pela provisão de desmobilização de contratos. Esta provisão refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo estimado para encerramento dos contratos.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou redução de 87,3%, passando de R\$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2020. A redução foi causada, principalmente, pela conciliação de antecipações de clientes.

Passivo não circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores de longo prazo no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 refere-se a um fornecedor da controlada Smartcoat. O saldo foi baixado em 2020.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 64,4%, passando de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causada pela transferencia para o curto prazo, de acordo com o prazo de vencimento dos emprestimos.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em longo prazo apresentou redução de 45,4%, passando de R\$ 54,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para 29,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução foi causado pela transferencia da divida de longo prazo para curto prazo e quitação das parcelas, conforme prazo de vencimento.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em longo prazo apresentou redução de 10,2% passando de R\$ 6,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. A redução refere-se a transferencia de saldo para o curto prazo, conforme prazo de vencimento dos contratos.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 3,5 milhões representa a obrigação pela aquisição da controlada Poliend e Smartcoat. A companhia obteve autorização para depositar em juízo o valor devido aos acionistas minoritários da Smartcoat, na data do vencimento.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 0,1 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (put) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Em 2020, a Companhia adquiriu os 49% restantes da controlada R&R e uma participação adicional de 8,33% da controlada Smartcoat. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020 refere-se apenas a participação remanescente na controlada Smartcoat.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou redução de 22,2%, passando de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Do saldo de R\$ 4,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 2,9 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos. O saldo restante (R\$ 1,2 milhão) refere-se a passivos contingentes, identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Outros passivos não circulante

O saldo de outros passivos no valor de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2020 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 217,8%, passando de R\$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 233,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento decorreu do IPO realizado em fevereiro de 2020, no qual a Companhia recebeu aporte de capital de 161 milhoes, liquidos de taxas e comissoes.

Reserva de Capital

O saldo de reserva de capital apresentou aumento de 252,7%, passando de R\$ 2,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 8,1 milhões, em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento refere-se ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao exercicio de opção de compra de 8,33% da controlada Smartcoat adquirido em 20 de agosto de 2020 e 49% de participação da controlada R&R adquirido em 29 de setembro de 2020.

Análise Comparativa dos Balanços Patrimoniais Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

	Exercicio sociai encerrado em 31 de dezembro de					
Balanços patrimoniais	2019	Análise Vertical	2018	Análise Vertical	Variação 2019x2018	
	(R\$ mil)	(%)1	(R\$ mil)	(%)1	$(\%)^2$	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	34.157	26,71%	3.400	3,23%	904,62%	
Títulos e valores mobiliários	3.616	2,83%	28	0,03%	12814,29%	
Depósitos bancários vinculados	6.755	5,28%	-	0,00%	100,00%	
Contas a receber	52.607	41,14%	69.815	66,29%	-24,65%	
Estoques	692	0,54%	1.052	1,00%	-34,22%	
Créditos com funcionários	1.090	0,85%	1.189	1,13%	-8,33%	
Tributos a recuperar	25.022	19,57%	23.011	21,85%	8,74%	
Despesas Antecipadas Instrumento Derivativo	3.043	2,38%	3.682	3,50%	-17,35%	
Financeiro - swap	132	0,10%	2.163	2,05%	-93,90%	
Outros Ativos	748	0,59%	976	0,93%	-23,26%	
Total do ativo circulante	127.862	100,00%	105.316	100,00%	21,41%	
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	-	0,00%	46	0,04%	-100,00%	
Notas promissórias a receber Mútuo a receber – membros da	997	0,89%	-	0,00%	100,00%	
administração	-	0,00%	245	0,24%	-100,00%	
Outros Créditos a receber	2.656	2,38%	2.656	2,59%	0,00%	
Despesas Antecipadas Instrumentos financeiros	-	0,00%	24	0,02%	-100,00%	
derivativos	4.455	3,99%	5.820	5,67%	-23,45%	
Tributos a recuperar	1.149	1,03%	315	0,31%	264,76%	
Tributos diferidos	18.047	16,16%	16.813	16,38%	7,34%	
Depósitos judiciais	1.067	0,96%	711	0,69%	50,07%	
Investimentos	1.728	1,55%	1.696	1,65%	1,89%	
Imobilizado	77.024	68,97%	67.964	66,20%	13,33%	
Intangível	4.556	4,08%	6.380	6,21%	-28,59%	
Total do Ativo Não Circulante	111.679	100,00%	102.670	100,00%	8,77%	
Total do ativo	239.541		207.986		15,17%	

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de Análise Análise Variação Balanços patrimoniais 2019 2018 Vertical Vertical 2019x2018 $(\%)^2$ (R\$ mil) $(\%)^{1}$ (R\$ mil) $(\%)^{1}$ **Passivo** Circulante 9,90% Fornecedores 9.419 12.846 11,19% -26,68% Fornecedores - partes relacionadas 342 0,36% 400 0,35% -14,50% Operação de risco sacado 5.347 5,62% 0,00% 100,00% Empréstimos e Financiamentos 8.854 9,30% 53.735 46,80% -83,52% Debentures não conversiveis em ações 11.513 12,10% 0,00% 100,00% Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 100,00% 1.601 1,68% 0.00% 06 - R2)Salários e encargos sociais 24.967 26,23% 28.385 24,72% -12,04% 1,47% Imposto de renda e contribuição social 1.667 1,75% 1.685 -1,07% Tributos a pagar 2.948 3,10% 2.596 2,26% 13,56% Juros sobre capital próprio e dividendos a 1.808 1,90% 1.996 1,74% -9,42% pagar Contas a pagar por aquisição societária 7.864 8,26% 6.525 5,68% 20,52% Mútuo a pagar - membros da administração 9.613 10,10% 2.676 2,33% 259,23% 7.229 Provisões 7,60% 3.173 2,76% 127,83% Outros passivos 2.008 2.11% 793 0.69% 153,22% Total do passivo circulante 95.180 100,00% 114.810 100,00% -17,10% Não Circulante Fornecedores 144 0.21% 0.00% 100.00% 3.226 13.902 4,62% 51,40% -76,79% Empréstimos e Financiamentos Debentures não conversiveis em ações 54.218 77,73% 0.00% 100,00% Arrendamento a pagar - direito de uso (CPC 9,49% 0,00% 100,00% 06 - R2)6.618 Mútuo a pagar – membros da administração 0,00% 4.303 15,91% -100,00% Contas a pagar por aquisição societária 0,00% 2.193 8,11% -100,00% Instrumento derivativo financeiro 69 0.10% 1.855 6,86% -96,28% Provisão para riscos 5.258 7,54% 4.794 17,72% 9,68% 219 Outros passivos não circulantes 0,31% 0,00% 100,00% Total do passivo não circulante 69.752 100,00% 27.047 100,00% 157,89% Patrimônio líquido Capital social 73.367 98.71% 53.367 87.26% 37,48% Reservas de capital 2.298 3,09% 2.298 3,76% 0,00% 0,00% 4.772 7,80% -100,00% Reserva de lucros Dividendos adicionais propostos 0,00% 722 -100,00% 1,18% -1.337Prejuízos acumulados -1,80% 0.00% 100,00% Total do patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora 74.328 100,00% 61.159 100,00% 21,53% 100,00% 281 100,00% 4.970 Participações não controladores -94,35% Total do passivo e do patrimônio líquido 239.541 207.986 15,17%

⁽¹⁾ Participação percentual em ativo/passivo circulante/não circulante.

⁽²⁾Aumento (redução) do total registrado de um período para o outro.

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de nosso caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários foi de R\$ 37,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 1.001,9% em relação a 31 de dezembro de 2018, quando foi de R\$ 3,4 milhões. Esse aumento foi causado pela geração de caixa operacional no período. Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

Depósitos bancários vinculados

O saldo de depósitos bancários vinculados atingiu R\$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é fruto de valores recebido das debêntures que não foram utilizados imediatamente para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos para capital de giro, visto alguns desses empréstimos possuírem multa para quitação antecipada. Os valores depositados em conta vinculada são liberados para a Companhia na medida em que os empréstimos para capital de giro remanescentes são amortizados.

Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentou uma redução de 24,7%, passando de R\$ 69,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 52,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pelo incremento nas operações de antecipação de recebíveis, que tem como objetivo compensar o aumento do prazo médio de recebimento praticado pelo mercado.

Estoque

O saldo de estoque apresentou redução de 34,2%, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pelo incremento na venda de materiais de isolamento térmico removível. A Companhia só mantém estoques de produtos encomendados pelos clientes, havendo expectativa de venda dos mesmos em prazo reduzido de tempo.

Créditos com funcionários

O saldo de créditos com funcionários apresentou redução de 8,3%, passando de R\$ 1,2 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pela redução de adiantamentos concedidos a funcionários. saldo

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 8,7%, passando de R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, por acréscimos dos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em exercícios anteriores, bem como de IRRF e CSLL retidos na fonte durante o exercício.

Despesas Antecipadas

O saldo de despesas antecipadas apresentou redução de 17,3%, passando de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Elas se referem, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipada até o início das atividades em obra.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber) entre a

variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa, em 31 de dezembro de 2019. A redução de 93,9% do saldo entre 31 de dezembro de 2019 e 2018 refere-se a liquidação de empréstimos contratados nesta modalidade no exercício de 2019. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 23,4%, passando de R\$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esta redução foi causada, principalmente, pela diminuição de adiantamentos a fornecedores.

Ativo não circulante

Titulos e Valores Mobiliários

O saldo existente em 31 de dezembro de 2018 referia-se à títulos de crédito comercializado pelo banco, com o objetivo de constituição de determinado capital, de acordo com o plano aprovado pela Susep. Equivale a uma aplicação financeira programada, com retorno e período pré-fixado (prazo de vigência), podendo ocorrer antes em função desorteios. Este saldo foi totalmente resgatado durante o exercício de 2019.

Notas promissória a receber

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia

Mútuo a receber-membros da administração

O saldo de R\$ 0,2 milhão de 31 de dezembro de 2018 foi quitado durante o exercício de 2019.

Outros créditos a receber

O saldo de outros créditos não sofreu variação, comparativamente a 31 de dezembro de 2018, mantendo o saldo de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esses créditos referem-se ao adiantamento de distribuição de lucros efetuado pela controlada Smartcoat, em 2017, aos seus acionistas não controladores. Em 2018, por meio de Instrumento Particular de Confissão de Dívida, a Smartcoat acordou com seus devedores que o montante devido será quitado no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura desse instrumento e poderá ser antecipado, caso a investida distribua dividendos ou juros sobre capital próprio.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 4,5 milhões, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados com a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de compra (*call*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de compra estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R.

Tributos a Recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 264,8% passando de R\$ 0,3 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo valor transferido do ativo circulante referente ao INSS retido a maior por alguns clientes que realizaram retenção de contribuição previdenciária com base em alíquota de 11%, ao invés de 3,5%.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 7,3%, passando de R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 18,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pela reversão do ativo diferido reconhecido sobre o prejuízo fiscal da controlada Smartcoat por não ser provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a controlada possa utilizar seus benefícios no período de 10 anos.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 50,1%, passando de R\$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esse saldo é composto de depósitos judiciais em função de processos trabalhistas.

Investimento

O saldo de investimento apresentou aumento 1,9%, passando de R\$ 1,70 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 1,73 milhão em 31 de dezembro de 2019. A variação refere-se ao resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, R&R.

Imobilizado e Intangível

O saldo de imobilizado e intangíveis apresentou aumento de 9,73%, passando de R\$ 74,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 81,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pelos investimentos em equipamentos para atender a demanda.

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo a pagar de fornecedores apresentou redução de 26,7%, passando de R\$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 9,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução refere-se, principalmente, às operações de risco sacado que permitem o alongamento do prazo de pagamento. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Fornecedores – partes relacionadas

O saldo de fornecedores – partes relacionadas de R\$ 0,3 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere- se a valores a pagar à controlada em conjunto R&R, referentes à compra de material de isolamento térmico para consumo e aplicação nos serviços prestados a determinados clientes.

Operações de risco sacado

O saldo em operações de risco sacado no valor de R\$ 5,3 milhões refere-se à contratos firmados com fundos de investimentos, onde os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para esses fundos, que por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização desta operação permite alongar prazos de pagamentos, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa operacional da Companhia.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 83,5%, passando de R\$ 53,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures pela Companhia, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações em curto prazo atingiu R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 1,6 milhão, refere-se a adoção em 1º de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a".

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou redução de 12,0%, passando de R\$ 28,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada, principalmente, pela reestruturação finalizada em 2019 da controlada Smartcoat, que teve seu quadro de colaboradores reduzido em 48% ao longo do exercício de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O saldo de Imposto de renda e contribuição social de R\$ 1,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 referese a valores a pagar da Controlada Priner Locação, tributados pelo lucro presumido, apurado no 4º trimestre de 2019.

Tributos a pagar

Do saldo de tributos a pagar de R\$ 2,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, 66,1% refere-se a impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro, 26,9% refere-se a impostos a recolher, principalmente PIS/COFINS s/receita financeira- exigibilidade suspensa e IOF e 7,0% refere-se a impostos retidos a recolher de INSS, IRRF, ISS, CSLL/PIS/COFINS s/serviços de terceiros.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar de R\$ 1,8 milhão, em 31 de dezembro de 2019, corresponde ao saldo a pagar (aproximadamente 50%) dos juros sobre capital próprio aprovado pelo Conselho de Administração, em 29 de dezembro de 2017 e dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2018.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária de R\$ 7,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, representa a obrigação pela aquisição da controlada Smartcoat, que será liquidada no próximo exercício social.

Mútuo a pagar – membros da administração

O saldo de mútuo consolidado a pagar apresentou aumento de 259,2%, passando de R\$ 2,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 9,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por dois fatores: transferência do saldo do longo prazo para curto prazo devido ao seu vencimento e pela concessão de novos mútuos realizados pelos acionistas minoritários da controlada Smartcoat.

Provisões

O saldo de provisões apresentou aumento de 127,8%, passando de R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado pela provisão de desmobilização de contratos. Esta provisão refere-se ao processo de redução do efetivo em virtude da

diminuição e/ou término da demanda. A provisão dos custos com verbas rescisórias leva em consideração o prazo do fim do contrato.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 153,2%, passando de R\$ 0,8 milhão em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 2,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento foi causado por antecipações de clientes a identificar.

Passivo não circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores de longo prazo no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 referese a um fornecedor da controlada Smartcoat.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou redução de 76,8%, passando de R\$ 13,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução foi causada pela captação de recursos através de emissão de debêntures, os quais foram utilizados para quitação antecipada de empréstimos e financiamentos que não possuíam multas para quitação antecipada ou que possuíam multas de pequena monta.

Debêntures não conversíveis em ações

O saldo de debêntures não conversíveis em ações atingiu R\$ 54,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. A operação foi de R\$ 67,5 milhões e teve como objetivo a quitação antecipada das linhas para financiamento de capital de giro contratadas pela Companhia e suas controladas, propiciando alongamento das dívidas financeiras do grupo.

Arrendamento a pagar

O saldo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 6,6 milhões, refere-se a adoção em 01 de janeiro de 2019 do CPC 06 – R2. Para maiores informações sobre tal mudança de prática contábil, vide item 10.4, "a"

Mútuo a pagar - membros da administração

O saldo de mútuo consolidado a pagar em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2019 está zerado, em função dos valores terem sido transferidos para o curto prazo.

Instrumento derivativo financeiro

O saldo de instrumentos financeiros de R\$ 0,1 milhão, em 31 de dezembro de 2019, refere-se aos derivativos embutidos nos contratos firmados para a aquisição da controlada em conjunto R&R e da controlada Smartcoat, referentes às opções de venda (*put*) de participações remanescentes em referidas sociedades, representativas de 49% e 25% de seus respectivos capitais sociais. Essas opções de venda estão apresentadas a valor justo em 31 de dezembro de 2019, de modo que 100% do saldo se refere à controlada em conjunto R&R, visto o saldo da Smartcoat estar zerado.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 9,7%, passando de R\$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Do saldo de R\$ 5,3 milhões, em 31

de dezembro de 2019, R\$ 3,4 milhões representam riscos com processos trabalhistas, considerados de perda provável, de acordo com parecer de nossos consultores jurídicos externos, e R\$ 1,9 milhão são passivos contingentes identificados e reconhecidos na alocação do preço de compra referente à aquisição de 75% do capital da investida Smartcoat, conforme o laudo para avaliação a valor justo dos ativos e passivos, cumprindo com a exigência prevista no pronunciamento CPC 15 – combinação de negócios.

Outros passivos não circulantes

O saldo de outros passivos no valor de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2019 refere-se a parcelamento de notificação trabalhista.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia apresentou incremento de 37,5%, passando de R\$ 53,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorreu do aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2019.

Reserva de Capital

Não houve variação na reserva de capital da Companhia, a qual se manteve em R\$ 2,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019. Essa reserva é referente ao planos de opções para administradores e certos empregados da Companhia. Vide item 13.4 deste documento.

Reserva de lucros

A saldo de reserva de lucros da Companhia foi totalmente utilizada em 31 de dezembro de 2019 para absorção de parte do prejuízo do exercício.

Dividendos Adicionais Propostos

No exercício social de 2018, a Companhia destinou o saldo de R\$ 0,7 milhão de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, que foram objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2019. Durante o exercício de 2019, o saldo foi transferido para dividendos a pagar.

Demonstrações de fluxo de caixa Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Exercício social encerrado em		rrado em
Demonstrações de fluxo de caixa	2021	2020	Variação 2021x2020
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos Ajustes:	16.179	-11.142	-245,21%
Depreciação e amortização	20.910	21.643	-3,39%
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	-272	237	-214,77%
Equivalência patrimonial	0	-217	-100,00%
Juros, variação monetária sobre os empréstimos, atualização de			
derivativos e aquisição societária	5.613	-131	-4384,73%
Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat	0	-650	-100,00%
Provisão para riscos	472	-1.165	-140,52%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-1.561	-3.807	-59,00%
Despesa de stock options reconhecida no exercício	0	5.806	-100,00%
Custos da transação a apropriar - debêntures	651	576	13,02%
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	-44.172	-9.175	381,44%
Estoques	-2.346	80	-3032,50%
Tributos a recuperar	10.096	2.871	251,65%
Outros ativos e despesas antecipadas	-3.156	-5.314	-40,61%
Fornecedores	3.418	-250	-1467,20%
Fornecedores - partes relacionadas	0	-342	-100,00%
Operações de risco sacado	0	-5.347	-100,00%
Salários e encargos sociais	15.204	-7.811	-294,65%
IR e CS passivo	-1.615	6	-27016,67%
Tributos a pagar	-302	-380	-20,53%
Outros passivos	6.854	-5.048	-235,78%
Impostos pagos	-6.419	-5.647	13,67%
Caixa líquido - atividades operacionais	19.554	-25.207	-177,57%
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores mobiliários	45.866	-54.178	-184,66%
Aumento de % participação da controlada Smartcoat devido a ajuste			,
acionistas minoritários	596	0	100,00%
Aquisição de 8,33% participação adicional da controlada Smartcoat,			
consolidado líquido do % PL adquirido	0	-1.190	-100,00%
Aquisição de 49% participação adicional da controlada R&R,			
consolidado liquido do caixa adquirido	0	-2.564	-100,00%
Aquisição de 100% da controlada Poliend, consolidado liquido do caixa			
adquirido	0	-2.507	-100,00%
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-42.714	-15.702	172,03%
Caixa recebido na venda de imobilizado	770	627	22,81%
Caixa líquido - atividades de investimento	4.518	-75.514	-105,98%
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de Financiamento			
Aporte de capital, deduzido de gastos com emissão de oferta pública	305	159.779	-99,81%
Recompra de ações	-6.581	0	100,00%
Depósitos bancários vinculados	593	6.162	-90,38%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	0	-1.808	-100,00%

Mútuo a pagar - partes relacionadas Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat-	0	-9.613	-100,00%
principal	0	-4.667	-100,00%
Amortização do contas a pagar por aquisição societária da Smartcoat-			
juros	0	-784	-100,00%
Amortização do contas a pagar da aquisição da Poliend - principal	-970	0	100,00%
Amortização do contas a pagar da aquisição da Poliend - juros	-29	0	100,00%
Captação de empréstimos	29.142	0	100,00%
Operação de duplicatas descontadas	0	-4	-100,00%
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06 R2	-2.612	-2.298	13,66%
Amortização de empréstimos - principal	-842	-10.195	-91,74%
Juros pagos	-567	-1.056	-46,31%
Amortização de debêntures - principal	-25.000	-12.083	106,90%
Juros pagos s/ debêntures	-3.508	-4.745	-26,07%
Amortização de Swap	0	-89	-100,00%
Caixa líquido - atividades de financiamento	-10.069	118.599	-108,49%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	14.003	17.878	-21,67%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.035	34.157	52,34%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	66.038	52.035	26,91%

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia foi positivo em R\$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao valor negativo de R\$ 25,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O aumento na geração de caixa operacional em 2021 foi pelo forte crescimento no volume de atividades e margens, tendo como principais vetores a redução dos impactos operacionais da pandemia Covid-19 e o aproveitamento das sinergias comerciais entre as empresas do Grupo Priner.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi positivo em 4,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e negativo em R\$ 75,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, continuamos com os investimentos em equipamentos para atender a demanda, substituir equipamentos locados de terceiros e automatizar processos operacionais.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia foi negativo em R\$ 10,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 118,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. O evento relevante ocorrido em 2021 foi a captação de novos empréstimos para fortalecimento do capital de giro e a recompra de ações da própria Companhia.

Demonstrações de fluxo de caixa Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Exercício social encerrado em		
Demonstrações de fluxo de caixa	2020	2019	Variação 2020x2019
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos impostos	-11.142	-5.825	91,28%
Ajustes:			
Depreciação e amortização	21.643	19.704	9,84%
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	237	-205	-215,61%
Equivalência patrimonial	-217	-797	-72,77%
Juros, variação monetária sobre os empréstimos,			
atualização de derivativos e aquisição societária	-131	8.864	-101,48%
Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat	-650	_	100,00%
Provisão para riscos	-1.165	465	-350,54%
Perda estimada com créditos de liquidação			,-
duvidosa	-3.807	-1.798	111,74%
Despesa de stock options reconhecidas no			
exercício	5.806	-	100,00%
Custos da transação a apropriar – debêntures	576	-2.096	-127,48%
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	-9.175	18.009	-150,95%
Estoques	80	360	-77,78%
Tributos a recuperar	2.871	-2.845	-200,91%
Outros ativos e despesas antecipadas	-5.314	634	-938,17%
Fornecedores	-250	-4.552	-94,51%
Fornecedores - partes relacionadas	-342	-58	489,66%
Operações de risco sacado	-5.347	5.347	-200,00%
Salários e encargos sociais	-7.811	-3.418	128,53%
IR e CS passivo	6	-129	-104,65%
Tributos a pagar	-380	352	-207,95%
Outros passivos	-5.048	5.490	-191,95%
Impostos pagos	-5.647	-6.096	-7,37%
Caixa líquido - atividades operacionais	-25.207	31.406	-180,26%
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores			
mobiliários	-54.178	-3.542	1429,59%
Aquisição de 8,33% participação adicional da			
controlada Smartcoat, consolidado líquido do %			
PL adquirido	-1.190	-	100,00%
Aquisição de 49% participação adicional da			
controlada R&R, consolidado liquido do caixa	0.504		400.000
adquirido	-2.564	-	100,00%
Aquisição de 100% da controlada Poliend,	0 507		100 000
consolidado liquido do caixa adquirido	-2.507	- 16 404	100,00%
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-15.702	-16.481	-4,73%
Caixa recebido na venda de imobilizado	627	450	39,33%
Caixa líquido - atividades de investimento	-75.514	-19.573	285,81%

3 - Fluxo de Caixa - Atividade de

Financiamento			
Aporte de Capital, deduzido de gastos com			
emissão de oferta pública	159.779	20.000	698,90%
Emissao de debêntures	-	67.500	-100,00%
Depósitos bancários vinculados	6.162	-6.755	-191,22%
Dividendos recebidos	-	765	-100,00%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-1.808	-910	98,68%
Mútuo a receber - partes relacionadas	-	245	-100,00%
Mútuo a pagar - partes relacionadas	-9.613	2.634	-464,96%
Amortização do contas a pagar por aquisição			
societária da Smartcoat- principal	-4.667	-742	528,98%
Amortização do contas a pagar por aquisição			
societária da Smartcoat- juros	-784	-179	337,99%
Captação de empréstimos	-	20.023	-100,00%
Operação de duplicatas descontadas	-4	-3.920	-99,90%
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06 R2	-2.298	-1.928	19,19%
Amortização de empréstimos – principal	-10.195	-71.487	-85,74%
Juros pagos	-1.056	-3.552	-70,27%
Amortização de debêntures – principal	-12.083	-	100,00%
Juros pagos s/ debêntures	-4.745	-4.056	16,99%
Amortização de Swap	-89	1.286	-106,92%
Caixa líquido - atividades de financiamento	118.599	18.924	526,71%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de			
caixa	17.878	30.757	-41,87%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa ao final do	34.157	3.400	904,62%
exercício	52.035	34.157	52,34%

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia foi negativo em R\$ 25,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A diminuição na geração de caixa operacional em 2020 em relação a 2019 foi pela pandemia mundial Corona Virus (Covid-19), mais especificamente pela redução no volume de operações e pelos gastos adicionais referentes a downsizing promovido no segundo trimestre de 2020 (R\$ 10,1 milhões).

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 75,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e negativo em R\$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, incrementamos as aplicações financeiras em função do aporte de capital fruto do IPO da Companhia realizado em fevereiro de 2020, adquirimos 100% do capital da empresa Poliend, 49% do capital da empresa R&R e 8,33% do capital da empresa Smartcoat e continuamos com os investimentos em equipamentos para atender a demanda, substituir equipamentos locados de terceiros e automatizar processos operacionais.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 118,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 18,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O evento relevante ocorrido em 2020 foi o aporte de capital, fruto do IPO ocorrido em fevereiro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações de fluxo de caixa Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Exercício social encerrado em		
Demonstrações de fluxo de caixa	2019	2018	Variação 2019x2018
1-Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(%)
Lucro antes dos impostos	-5.825	5.965	-197,65%
Ajustes: Depreciação e amortização	19.704	14.682	34,21%
Perda (ganho) na baixa dos ativos imobilizados e intangíveis	-205	101	-302,97%
Equivalência patrimonial	-797	-448	77,90%
Juros, variação monetária sobre os empréstimos,			
atualização de derivativos e aquisição societária	8.864	1.511	486,63%
Ajuste em valor de preço de aquisição - Smartcoat	-	-700	-100,00%
Provisão para riscos	465	-695	-166,91%
Perda estimada com créditos de liquidação			
duvidosa	-1.798	-4.007	-55,13%
Custos da transação a apropriar – debêntures	-2.096	-	100,00%
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber	18.009	2.181	725,72%
Contas a receber - partes relacionadas	-	1	-100,00%
Estoques	360	610	-40,98%
Tributos a recuperar	-2.845	-11.138	-74,46%
Outros ativos e despesas antecipadas	634	-1.912	-133,16%
Fornecedores	-4.552	4.330	-205,13%
Fornecedores - partes relacionadas	-58	-1.140	-94,91%
Operações de risco sacado	5.347	-	100,00%
Salários e encargos sociais	-3.418	6.875	-149,72%
IR e CS passivo	-129	-2.519	-94,88%
Tributos a pagar	352	-607	-157,99%
Outros passivos	5.490	3.501	56,81%
Impostos pagos	-6.096	-3.757	62,26%
Caixa líquido - atividades operacionais	31.406	12.834	144,71%
2 - Fluxo de Caixa Atividade de Investimento			
Resgate/(Aplicação) em títulos e valores			
mobiliários	-3.542	1.790	-297,88%
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-16.481	-14.909	10,54%
Caixa recebido na venda de imobilizado	450	380	18,42%
Caixa líquido - atividades de investimento	-19.573	-12.739	53,65%
3 - Fluxo de Caixa - Atividade de			
Financiamento			
Aporte de Capital	20.000	11.500	73,91%
Emissao de debêntures	67.500	-	100,00%
Depósitos bancários vinculados	-6.755	-	100,00%
Ajuste adoção inicial CPC 47/48	-	-5.285	-100,00%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dividendos recebidos	765	765	0,00%
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-910	-1.996	-54,41%
Mútuo a receber - partes relacionadas	245	-245	100,00%
Mútuo a pagar - partes relacionadas	2.634	6.979	-62,26%
Amortização do contas a pagar por aquisição			
societária da Smartcoat- principal	-742	-1.278	-41,94%
Amortização do contas a pagar por aquisição			
societária da Smartcoat- juros	-179	-98	82,65%
Captação de empréstimos	20.023	50.940	-60,69%
Operação de duplicatas descontadas	-3.920	3.924	100,00%
Pagamento arrendamento mercantil - CPC 06 R2	-1.928	-	100,00%
Amortização de empréstimos – principal	-71.487	-56.582	26,34%
Juros pagos	-3.552	-5.821	-38,98%
Juros pagos s/ debêntures	-4.056	-	100,00%
Amortização de Swap	1.286	-142	-1005,63%
Caixa líquido - atividades de financiamento	18.924	2.661	611,16%
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de			
caixa	30.757	2.756	1016,00%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.400	644	427,95%
Caixa e equivalentes de caixa ao final do			
exercício	34.157	3.400	904,62%

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 31,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O crescimento da geração de caixa em 2019 em relação a 2018 foi ocasionado pelo incremento das receitas de locação e aumento das operações de antecipações de recebíveis e risco sacado.

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 19,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e negativo em R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incrementamos as aplicações financeiras em função da geração de caixa e aumentamos os investimentos em equipamentos para atender a crescente demanda por locações.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia totalizou R\$ 18,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 2,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O evento relevante ocorrido em 2019 foi a emissão de debêntures (R\$ 67,5 milhões), que teve como objetivo o alongamento do perfil da dívida da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

a. Resultados das Operações da Companhia, em especial:

i. descrição de componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, serviços de inspeção, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita de bens e serviços nos períodos indicados:

Evereísia social encorredo em 21 de

Descrição	Exercício social encerrado em 31 de dezembro			
	2021	2020	2019	
Prestação de serviços e cessão	378.25 7	205.18 6	312.265	
Locação de equipamentos	52.929	45.837	62.746	
Vendas	40.777	17.401	12.776	
Indenização e recuperação	822	379	366	
Total Receita Bruta	472.78 5	268.80	388.153	
Impostos sobre vendas e serviços	(35.17 3)	(20.49 3)	(31.308	
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	(4.471)	(6.097)	(8.233)	
Total Receita Líquida	433.14	242.21	348.612	

ii.fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e eventualmente para os clientes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, os custos de execução de obras representaram, respectivamente, 91%, 87% e 87% do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra. Como parte de seu Plano Estratégico, a Companhia investe em equipamentos para automatizar algumas atividades operacionais, visando aumentar a produtividade.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as despesas da Companhia com coordenação de contratos corresponderam a 26%, 32% e 26% do total das despesas operacionais.

Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária passiva sobre debêntures, empréstimos e contas a pagar relativo a aquisição de participação societária. As principais receitas financeiras correspondem a variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes. Introdução de novos produtos e serviços também impacta diretamente a receita. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes só ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, do aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes, dos insumos que utiliza na prestação dos serviços, tais como tintas e materiais para isolamento térmico, e das despesas financeiras relativas ao endividamento bancário. Além disso, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços, também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

PÁGINA: 75 de 91

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

As operações estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração da Companhia, através de Ata de Reunião de Diretoria realizada em 07 de janeiro de 2016 e 23 de junho de 2020, contendo as seguintes unidades de negócio: Prestação de Serviços, Locação e Fabricação de isolamento removível.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 18 de março de 2016, a Companhia constituiu a sociedade denominada Priner Locação de Equipamentos S.A., registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 2016.

Em 09 de janeiro de 2017, ocorreu a transferência das atividades de locação à Priner Locação de Equipamentos S.A., formalizada através de ata da assembleia extraordinária a título de adiantamento para futuro aumento de capital, mediante a transferência do acervo líquido dos bens de equipamentos de locação de titularidade da Companhia, tendo sido integralizado em 21 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera que esse ato tenha efeito relevante nas suas demonstrações financeiras.

Em 24 de janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda., a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal a fabricação de isolantes removíveis e reutilizáveis para isolamento térmico, acústico e proteção passiva contrafogo. Em 29 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu 49% das ações da controlada R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis, passando o percentual de participação de 51% para 100%.

Em 28 de julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das quotas representativas do capital social da Smartcoat Engenharia em Revestimento Ltda. (atualmente denominada Smartcoat – Serviços em Revestimentos S.A.), cuja atividade principal é a prestação de serviço de preparação de superfícies, pintura industrial, engenharia em revestimento e locação de equipamentos de hidrojato. Conforme mencionado nos itens 10.1.a (com relação aos exercícios sociais de 2017 e 2018) e 10.1.h (alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras), a Smartcoat gerou impactos negativos na liquidez e na rentabilidade da Companhia em 2017 e 2018. Os diretores acreditam na reversão destes impactos negativos no futuro. Em 20 de agosto de 2020 a Companhia adquiriu 8,33% das ações da controlada Smartcoat Serviços em Revestimentos, passando o percentual de participação de 75% para 83,33%.

Em 15 de julho de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de ações no valor total de 50 milhões de reais, todas nominativas e sem valor nominal e consequente aumento do capital social da controlada Smartcoat Serviços em Revestimentos, a serem integralizados mediante a capitalização do crédito oriundo do "Contrato Particular de Mútuo Financeiro" celebrado em 18 de setembro de 2017 entre a controlada e a acionista Priner Serviços Industriais S/A. Ficou determinado que o aumento de capital poderia ser homologado parcialmente, desde que atingido o valor mínimo de 10 milhões de reais.

Em 03 de setembro de 2021, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária e aprovado a homologação total do Aumento de capital da controlada Smartcoat mediante a capitalização do crédito oriundo do Mútuo. Desta forma, a Companhia passou a deter o percentual de participação de 99,99% sobre as ações da controlada Smartcoat.

Em 01 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da empresa Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda ("Poliend") por R\$ 4.898. A controlada Poliend foi fundada há 20 anos e tem como principal atividade a prestação de serviços de inspeção e

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

controle de qualidade por meio de técnicas de ensaios não destrutivos (END) e soldagem, visando a avaliação da integridade em produtos industriais. Atualmente, além dos serviços de inspeção de ensiais não destrutivos (END) e recuperação de soldagem, a controlada oferece elaboração de procedimentos, treinamentos, retreinamentos e cursos *in company*, atuando também como consultora na busca de novas soluções para situações específicas de END e Engenharia de soldagem. Essa operação está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia, incorporando serviços de comportamento recorrente e de alto valor agregado em engenharia de manutenção.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual por parte da Companhia, nos últimos três exercícios sociais, tampouco no exercício social corrente.

PÁGINA: 77 de 91

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis, Ressalvas e Ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 2019, a Companhia aplicou inicialmente a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) em 1º de janeiro de 2019 usando a abordagem retrospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a NBC TG 06/R2 (IFRS 16). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil.

Os impactos significativos identificados pela adoção da NBC TG 06/R2 (IFRS 16) nos ativos e passivos da Companhia são decorrentes dos contratos de arrendamento de imóveis utilizados pela Companhia e por suas controladas para suas unidades operacionais (sede e filiais).

Adicionalmente, a NBC TG 06/R2 (IFRS 16) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Com relação ao exercício social de 2019, vide comentário no item anterior.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Não constam parágrafos de ênfase nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

PÁGINA: 78 de 91

10.5 - Políticas contábeis críticas

Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a diretoria da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido ao custo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) <u>Transações com pagamentos baseados em ações</u>

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

(iii) <u>Impostos</u>

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência da administração e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(iv) <u>Valor justo de instrumentos financeiros</u>

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros tais como os títulos e valores mobiliários apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui

considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(v) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(vi) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(vii) Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao final de cada período de relatório. Durante o exercício, a Companhia acessou a vida útil dos bens e concluiu que o prazo de 10 anos representa, com razoabilidade, a vida útil média dos ativos da Companhia e deve ser mantido para seus equipamentos no exercício de 2021.

(viii) Reconhecimento de Receita

As receitas de prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços, são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A diretoria da Companhia apresenta, a seguir, uma discussão sobre o que considera como práticas contábeis relevantes para apresentação das informações financeiras da Companhia.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

(ii) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) – Instrumentos Financeiros, adotado pela Companhia em 01 de janeiro de 2018, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente

mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros.
 Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio do resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
- Custo amortizado: Passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado.

(iii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda quando da prestação dos serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços e as vendas de mercadorias para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou vendas de mercadoria.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável.

A perda esperada para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apuradas em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perda de crédito esperadas.

(iv) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(v) <u>Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</u>

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

(vi) <u>Imobilizado de locação e uso operacional</u>

O imobilizado de locação e uso operacional, composto por andaimes suspensos, estruturas de acesso, equipamento de pintura, jateamento e isolamento e habitáculos pressurizados, é utilizado para prestação de serviços a terceiros.

O imobilizado de uso próprio consiste em instalações para guarda dos equipamentos, edificações, benfeitorias, mobiliário e máquinas e equipamentos necessários ao funcionamento destas instalações.

São avaliados ao custo histórico deduzido de depreciação e perda por redução recuperável acumuladas, quando aplicável. Custo histórico inclui gastos diretamente atribuídos à aquisição dos bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear que levam em consideração a estimativa de vida útileconômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados, a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2021 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(vii) Intangível - Software

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de cinco anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A Companhia revisou a vida útil do ativo intangível no exercício de 2021 e concluiu que não há alterações a realizar nesse exercício.

(viii) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

(ix) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como

passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(x) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão. As provisões, quando constituídas, são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato.

(xi) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor de participação de resultados é fixado com base no Valor Econômico Agregado - EVA.

O EVA indica se a rentabilidade de um determinado negócio (empreendimento) foi superior ou inferior ao custo do capital empregado, considerando a estrutura de capital da Companhia.

Seu cálculo é feito através da seguinte fórmula: (Lucro operacional após o imposto de renda) – (capital empregado x custo médio ponderado de capital).

(xii) Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

(xiii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar

sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla diariamente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros e spreads) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento do balanço das demonstrações financeiras.

(xiv) Capital social

O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal.

(xv) <u>Distribuição de dividendos e juros de capital próprio</u>

A distribuição de dividendos e juros de capital próprio (JCP) para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado e reclassificado para o patrimônio líquido, sendo dado ao JCP o mesmo tratamento de apresentação contábil dos dividendos.

(xvi) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

• Receita de prestação de serviços:

As receitas provenientes pela prestação de serviços, incluindo a cessão de equipamentos que são utilizados nos serviços são reconhecidas de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) — Receita com contratos de clientes, adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de 05 (cinco) etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Desta forma, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

Os principais ajustes decorrentes na norma incluem:

- Provisão do custo para desmobilização de contratos com amortização na data de vencimento dos contratos e término de paradas; e
- Reconhecimento do custo para mobilização de contratos até o início das atividades em obra, cuja amortização será realizada em seis meses e considerará o exercício atual ou enquanto perdurar o contrato.

Receita de locação:

As receitas provenientes de locação, correspondente a locação de bens móveis, é reconhecida pró-rata temporis no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

Receita e despesa financeira.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do exercício até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia, sendo contabilizada na rubrica de receita financeira.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre debêntures e empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável e são capitalizados juntamente com o investimento.

(xvii) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Itens relevantes n\u00e3o evidenciados nas demonstra\u00f3\u00f3es financeiras do emissor

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades, não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

iv. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A distribuição dos investimentos em 2019 foi: equipamentos de acesso (66%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (23%), habitáculos pressurizados (7%), informática (2%) e diversos (2%).

A distribuição dos investimentos realizados em 2020 foi a seguinte: equipamentos de acesso (52%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (30%), inspeção e soldagem (4%), habitáculos pressurizados (3%), informática (7%), benfeitorias (2%) e diversos (2%).

A distribuição dos investimentos realizados em 2021 foi a seguinte: equipamentos de acesso (64%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (23%), inspeção e soldagem (6%), isolamento (1%), informática (5%) e diversos (1%).

Além da aquisição de participação em outras Companhias, o Plano Estratégico da Companhia prevê investimentos em equipamentos para atender o crescimento orgânico almejado, substituir equipamentos locados de terceiros e automatizar processos operacionais, visando melhoria de produtividade e consequente redução na intensidade de uso de mão de obra.

Até o presente momento, o Plano Estratégico da Companhia não previu o direcionamento de investimentos voltados à proteção do meio ambiente, tampouco ao exercício de políticas públicas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avalia as fontes de investimento disponíveis no mercado financeiro no momento da realização de investimentos. A escolha da fonte de financiamento é feita com base nos custos dos financiamentos disponíveis, na liquidez da Companhia no momento da captação, no retorno financeiro previsto para os projetos de investimento, na previsão de fluxo de caixa e, consequentemente, na liquidez da Companhia prevista para o horizonte do projeto.

Para eventuais fusões e aquisições, a Companhia considera diversas alternativas para fontes de financiamento, dentre as quais destacamos: financiamentos dos vendedores, financiamentos bancários, recursos do mercado de capitais e recursos disponíveis em caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste documento, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- c. novos produtos e serviços, indicando:
- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.